



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90016/2026

Regido pelas Leis nºs 14.133/2021 e 13.709/18, pelas Leis Distritais nºs 4.770/2012 e 4.611/2011, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Distritais nº 44.330/2023 e nº 39.860/19, pelo Parecer Referencial nº 66/2024 - PGDF/PGCONS, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2022, e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e suporte técnico, conforme especificações técnicas estabelecidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, conforme as condições constantes neste Edital e nos seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

**INÍCIO DA SESSÃO
DE DISPUTA DE
PREÇOS:**

Às 09:00 horas do dia 16/07/2026 (horário de Brasília/DF).

**ENDEREÇO
ELETRÔNICO:**

www.gov.br/compras

PROCESSO:

00055-00092749/2025-14

ESTIMATIVA:

RS 106.391.682,48 (cento e seis milhões, trezentos e noventa e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

**CRITÉRIO DE
JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO

PARTICIPAÇÃO

TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

**LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL**

- Lei nº 14.133/2021;
- Lei nº 5.061/2013 - proibição de mão de obra infantil;
- Lei nº 5.448/2015 - proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher;
- Lei nº 6.128/2018 - reserva de vagas para pessoas em situação de rua;
- Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF;
- Decreto nº 44.330/2023 - recepciona a Lei nº 14.133/2021; e
- Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

UASG:

926142

ENDEREÇO: SEPS 713/913 , Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135.

EMAIL: licitacao@detran.df.gov.br

**PEDIDOS DE
ESCLARECIMENTOS/
IMPUGNAÇÕES**

Até às 23h59 do dia 13/07/2026.

OBSERVAÇÃO: O Edital estará disponível gratuitamente no site www.detran.df.gov.br (clicar em “*Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico*”) e no endereço eletrônico www.gov.br/compras. Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio www.gov.br/compras, não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran-DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio. Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados em até 3 dias úteis anteriores ao dia do certame, ou seja, até às 23h59 do 13/07/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90016/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – Detran/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, publicada no DODF nº 198, de 17/10/2025, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que, às **09:00 horas do dia 16/07/2026 (horário de Brasília/DF)**, realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, por GRUPO/LOTE**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#) e do [Decreto nº 44.330/2023](#), bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de referência (anexo A).

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e suporte técnico, conforme especificações técnicas estabelecidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, conforme as condições constantes neste Edital e nos seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos/lotes de acordo com a Tabela do item 24.1 do Termo de Referência (Anexo A do Edital), facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Item	Serviço	CATSER / CATMAT	Qtd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	4	R\$ 4.404.149,08	R\$ 17.616.596,32
2	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	451825 CATMAT	4	R\$ 3.645.032,16	R\$ 14.580.128,64
3	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	27383 CATSER	4	R\$ 224.294,40	R\$ 897.177,60
4	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	27383 CATSER	4	R\$ 99.085,33	R\$ 396.341,28
5	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	2	R\$ 22.159.735,78	R\$ 44.319.471,56
6	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	451825 CATMAT	4	R\$ 6.719.768,02	R\$ 26.879.072,08
7	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	27383 CATSER	2	R\$ 229.363,20	R\$ 458.726,40
8	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	27383 CATSER	4	R\$ 97.999,47	R\$ 391.997,88
9	Operação Assistida.	27383 CATSER	4	R\$ 55.176,00	R\$ 220.704,00
10	Treinamento.	440634 CATSER	4	R\$ 157.866,67	R\$ 631.466,72
Valor Total:					R\$ 106.391.682,48

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.2. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.3. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.5. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.7. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.8. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinatura da ata de registro de preços, no prazo de cinco dias úteis, e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado (art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei (§ 5º do art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação (§ 7º do art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§ 4º, inc. I, do art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame (Inciso II, § 4º, art. 198 do Decreto-DF 44.330/2023);

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (Inciso III, § 4º, art. 198 do Decreto - DF 44.330/2023).

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme o art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original (art. 199 do Decreto-DF 44.330/2023);

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§ 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata dar-se-á por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou, na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Administração.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições (art. 200 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo E deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. Demais informações constam no item 34 do Termo de Referência (Anexo A do Edital).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. Nos casos de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cujo item possua valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no artigo 4º, § 1º, da Lei 14.133/2021.

3.5. Não será aplicada a cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nesta contratação, tendo em vista a inviabilidade de sua adoção, devidamente justificada no item 22 do termo de referência, nos termos da legislação vigente.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º, da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

- 3.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 3.7. Nas licitações de ampla concorrência, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 3.8. Para efeito do disposto no item 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.9. Na hipótese da não contratação, nos termos previstos no item 4.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 3.9.1. O disposto no item 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 3.10. Para o cumprimento do disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Distrital 4.611/2011, observar-se-á o disposto no item 22 do Termo de Referência (Anexo A do Edital).
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.11.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.11.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.11.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.11.10. A vedação do subitem 3.11.9 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.11.11. A vedação do subitem 3.11.9 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;
- 3.11.12. A vedação do subitem 3.11.9 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título;
- 3.11.13. empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.11.14. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016):
- 3.11.14.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.11.14.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016).
- 3.11.15. A vedação de que trata o item 3.11.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.11.16. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.11.17. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação (Pareceres nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou

jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o menor preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso);

5.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe

assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, inc. XV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. ***O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor global do grupo/lote.***

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances do pregão o **modo de disputa “aberto”**, para o envio de lances no pregão eletrônico, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.18.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.18.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.18.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.18.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.
- 6.18.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.18.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.19. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período ou, verificando o Pregoeiro a complexidade dos documentos exigidos e do prazo necessário para obtê-los, por período **não superior a 24 (vinte e quatro) horas**.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificada em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);**
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);**
- d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**
- e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).**
- 7.1.1. As consultas mencionadas nas alíneas b), c), d) e e) acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante **e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.4.1. conter vícios insanáveis;
- 7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou compensação de valores entre os itens que resulte em aumento dos valores dos itens que estão dentro do melhor valor.
- 7.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.
- 8.1.4. Considerando o art. 156, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Efetuada a verificação a que se refere o item 8.1, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.6. Proposta em conformidade com o Anexo II do Termo de Referência;
- 8.7. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**
- 8.7.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- 8.7.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.7.3. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
- 8.7.4. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 8.8. **Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:**
- 8.8.1. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo B do Edital);**
- 8.8.2. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 2 do Anexo B do Edital);**
- 8.8.3. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 13.709/2018 (Modelo 3 do Anexo III do Anexo B do Edital);**
- 8.8.4. **Declaração Pessoa Jurídica (Modelo 4 do Anexo B do Edital).**
- 8.8.5. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.9. Será verificado se o licitante assinalou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. **As empresas licitantes que não sejam do Distrito Federal** deverão apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do [site](#) www.fazenda.df.gov.br.
- 8.11.2. Em caso de constar alguma certidão vencida no SICAF, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá consultar os respectivos sites oficiais, a fim de obter a(s) certidão(ões) atualizada(s), desde que seja possível obtê-la(s) online, de modo imediato e não oneroso, devendo o Agente de Contratação comunicar ao licitante, via *chat*, para que atualize tais informações no SICAF.

8.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.15. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, podendo ser exigidos juntamente com a convocação para envio da proposta atualizada a que se refere o item 8.6 deste Edital, aproveitando-se o mesmo prazo.

8.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente classificado em 1º lugar.

8.17.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.17.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.18. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.

8.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.23. **Qualificação Técnica**

8.23.1. A qualificação técnica deverá ser atendida conforme observado no item 26.5 do Termo de Referência (anexo A).

8.24. **Habilitação Jurídica**

8.24.1. Cédula de identidade;

8.24.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.24.3. Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

8.24.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.24.5. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.24.6. Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

8.24.7. Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso; e

8.24.8. Demais documentos exigidos no item 10.15.1 do Termo de Referência (anexo A).

8.25. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

8.25.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

8.25.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 2011;

8.25.3. a Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.25.4. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25.5. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e

8.25.5.1. **Todas as empresas licitantes (ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal)** deverão apresentar a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do *site* www.fazenda.df.gov.br.

8.25.6. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.25.7. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- 8.25.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.25.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.25.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.25.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.26. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.26.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 8.26.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**;
- 8.26.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição do balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.
- 8.26.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 8.26.5. Os documentos referidos no subitem 9.26.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.
- 8.26.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 8.26.7. As licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 8.27. A licitante pessoa jurídica vencedora do certame, quando da assinatura do contrato, deverá **apresentar o PGR - programa de gerenciamento de riscos em vigor, assinado por profissional técnico devidamente habilitado, e implementar as medidas coletivas e individuais de proteção previstas no programa, conforme determinação do Ministério Público do Trabalho**.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (.) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 205 e art. 206 do Decreto nº 44.330/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados somente na forma digital, no sistema SEI.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.4. A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico (*chat*) ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente, quando não houver recurso ou, havendo, após sua decisão final.

13.2. **A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

14. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

14.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivos de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

15.1. Fica proibida a utilização de qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.

15.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do

contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto Distrital nº 46.174/2024.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. fraudar a licitação;

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às devidas penalidades em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da

data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

17.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, a implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder. O adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, terá o prazo de 10 dias para implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

17.1.1. para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

17.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

17.1.2.1. multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

17.1.2.1.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

17.1.2.1.2. inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

17.1.2.1.3. sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

17.1.2.1.4. impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

17.2. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

17.3. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

18.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos somente serão analisados se apresentados tempestivamente e **acompanhados de identificação do impugnante/solicitante** e, no caso de pessoa jurídica, **acompanhados de documentação que comprove a capacidade legal de representar a empresa**.

18.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até o terceiro dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacao@detran.df.gov.br, em **arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail**, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasnet.

18.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do Comprasnet (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

18.3.1.1. Em caso de impossibilidade de inserção no Comprasnet devido ao limite de caracteres ou outra limitação, a impugnação, pedido de esclarecimentos ou respostas serão disponibilizados em sua íntegra no site do Detran-DF (www.detran.df.gov.br/licitacoes), no link do respectivo pregão eletrônico, antes da abertura da sessão, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

18.3.2. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e de seus anexos.

18.3.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.3.4. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste Edital.

18.3.5. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

18.3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos entregues após às 18:00 horas serão recebidas às 8:00 horas do dia seguinte, exceto no caso do subitem seguinte.

18.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimento **enviados após às 23h59 do último dia útil de prazo serão considerados intempestivos**.

18.6. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio www.compras.gov.br/compras.

18.7. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou

complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.

19.2. Fica assegurado ao Detran/DF o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e/ou amostras (quando exigido) e o Detran/DF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.

19.6. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Detran/DF, quando for o caso.

19.8. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

19.12. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

19.13. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.

19.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

19.15. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via *e-mail*: licitacao@detran.df.gov.br, devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.

19.16. O Edital e os seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.compras.gov.br/compras, bem como no *site* oficial do Detran/DF (www.detrان.df.gov.br/licitações).

19.17. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.18. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

19.18.1.1. ANEXO I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO;

19.18.1.2. ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;

19.18.1.3. ANEXO III - CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA;

19.18.1.4. ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO.

19.18.2. ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÕES

19.18.3. ANEXO C - PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

19.18.4. ANEXO D - MINUTA DO CONTRATO

19.18.5. ANEXO E - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Brasília/DF, 16 de Junho de 2026.

ANEXO A (do Edital)

Termo de Referência n.º 78/2026 - DETRAN/DG/DIRTEC

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e suporte técnico, conforme especificações técnicas estabelecidas pelo DETRAN/DF, condições, quantidades e exigências.

1.1. Do Regime de Execução

1.2. O regime de execução do contrato adotado para a contratação de fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES

GRUPO	ITEM	CATSER / CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA	QUANT
1	1	451825 CATMAT	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	Unidade	4
	2	451825 CATMAT	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	Unidade	4
	3	27383 CATSER	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	Unidade	4
	4	27383 CATSER	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	Unidade	4
	5	451825 CATMAT	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	Unidade	2
	6	451825 CATMAT	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	Unidade	4
	7	27383 CATSER	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	Unidade	2
	8	27383 CATSER	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	Unidade	4
	9	27383 CATSER	Operação Assistida.	Pacote	4
	10	440634 CATSER	Treinamento.	Turma	4

2.1. Descrição:

1. SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO TIPO 1
 1. Entende-se por subsistema de armazenamento em disco o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVMe em Storage do tipo all-flash. A solução ofertada deve atender a todos os requisitos técnicos descritos abaixo.
 2. Requisitos Gerais:
 1. Deverá ser fornecido um sistema de armazenamento de dados (Storage) do tipo unificado, ou seja, sem utilização de gateways, com suporte simultâneo aos protocolos: CIFS, NFS, iSCSI, FC, NVMe sobre RoCE, NDMP;
 2. Possuir controladoras de discos, baterias de energia, discos, fontes de energia, módulos de interface e ventiladores com tecnologia hot-swappable;
 3. Suportar: O sistema de armazenamento deve garantir uma disponibilidade não inferior a **99,9999%**.
 4. Suportar manutenção ou substituição dos discos e controladoras defeituosos sem interrupção do funcionamento (hot swap ou hot plug);
 5. Possuir duas ou mais fontes internas, independentes e redundantes tipo (1+1).
 6. Suportar a virtualização entre o subsistema de armazenamento fornecido e subsistemas de armazenamento do mesmo fabricante e de outros fabricantes, caso sejam necessárias licenças estas devem ser fornecidas com o produto ofertado de forma perpétua.
 7. O hardware que compõe o subsistema não deverá apresentar ponto único de falha (*single point of failure*), implementando failover automático para os seus componentes;
 8. Cada subsistema deverá implementar atualização de firmware (microcódigo) e expansão da capacidade de discos sem necessidade de interrupção de operação do subsistema ou indisponibilidade do acesso aos dados nele armazenados;
 9. Possuir software com licenciamento do tipo “Perpétuo” ou “Lifetime”, permitindo a utilização dos recursos de software do sistema indefinidamente, independentemente do tempo de garantia contratado. Não pode conter software do tipo comunidade, software livre, ou possuir componentes e módulos sem suporte oficial do fabricante.
 10. Permitir atualização de hardware e software sem interrupção de serviço (“non-disruptive”).
 11. Deve ser fornecido para cada sistema de armazenamento, 1 (um) Rack com no mínimo 42U e dimensões 2000 mm x 600 mm x 1200 mm, E/S 200 V AC to 240 V AC at 50 Hz ou 60 Hz homologado e com características recomendadas pelo fabricante do subsistema de armazenamento, e ainda deve estar equipado com 2 (duas) PDUs saídas 20x 20 IEC60320 C13 e 4x 4 IEC60320 C19, independentes entre si, internas ao rack, 220V monofásico, N + N.
 12. A solução deve suportar fontes de alimentação 200 V a 240 V AC +/-10%.
 13. Fornecer cabos de energia necessários para o funcionamento do sistema, compatíveis comas tomadas das PDUs fornecidas e com os conectores das fontes do sistema, em quantidade suficiente.
 14. Fornecer serviços de garantia e manutenção técnica, a ser prestado pelo Fabricante da solução ou por empresa credenciada por este, de forma remota e presencial, pelo período de 60 meses, a contar da data de entrega dos produtos.
 15. Fornecer por todo o período de garantia, serviço de suporte e garantia oficial do Fabricante e/ou CONTRATADA para todos os elementos do subsistema pelo período de 60 meses, incluindo:
 1. Suporte técnico 24x7 direto pelo fabricante através de 0800 do fabricante ou e-mail;
 2. Suporte técnico ON-SITE 24x7 direto pelo fabricante e/ou CONTRATADA.
 3. Reposição pelo fabricante de componentes defeituosos no modelo 24x7;
 4. Atualização de firmware, softwares e call-home, inventário, gerenciamento de chamados e relatório de serviços.
 16. Todos os elementos devem ser novos, sem uso, ainda em linha de fabricação pelo fabricante. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou composições feitas para atender as especificações deste certame.
 17. Fornecer cabos de energia necessários para o funcionamento do sistema, compatíveis com as tomadas das PDUs fornecidas e com os conectores das fontes do sistema, em quantidade suficiente.
 3. Glossário e nomenclaturas:
 1. Capacidade Líquida: Área disponível para armazenamento de dados, em base 2 (1KB=1024bytes), e uso dos sistemas operacionais, sem considerar: thin-provisioning, compressão, deduplicação e discos de hot-spare e paridades;
 2. Kbyte: Considerar 01 (um) Kbyte igual a 1.024 (um mil e vinte e quatro) bytes, de armazenamento em discos (hard-disk), disponíveis para dados e aplicações.

3. Memória Cache: deve ser composta por memória do tipo DRAM, não será aceito o uso de extensão de cache baseada em discos ou placas SSD ou similares.
4. Discos SSD (Solid State Drives): Cada SSD deverá possuir tecnologia NVMe. Serão aceitos apenas unidades SSD NVMe dual Port de capacidade otimizada ou 3D TLC, com tamanho máximo de 31TB (trinta e um) TB por unidade. Não será permitida a utilização de unidades com interface SAS ou SATA.
5. RAID: O subsistema deverá suportar no mínimo RAID 5, RAID 6 e RAID-TP (tripla proteção) e similares. Os métodos de proteção RAID deverão seguir as melhores práticas do fabricante durante a implantação.
4. Memória Cache:
 1. Possuir memória cache bruta total instalada, mínima, de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes), no mínimo, distribuída nas controladoras.
 2. Implementar proteção dos dados gravados na memória cache, de forma que estejam disponíveis mesmo após falha de energia da unidade e garantam a integridade dos dados residentes em cache.
5. Controladoras de Discos:
 1. Possuir arquitetura fim-a-fim NVMe com no mínimo 2 (duas) controladoras redundantes e ativas, garantindo a disponibilidade de acesso aos dados no caso de falha de uma das controladoras. Toda operação de escrita deve ser realizada através de no mínimo 02 (duas) controladoras, em modo simétrico ativo-ativo.
 2. Permitir crescimento em modo scale-out de forma a totalizar **4 (Quatro)** controladoras via conexão RDMA de Gbit/s.
 3. Implantar acesso a todo e qualquer volume (LUN), bem como a qualquer disco físico, através de todas as controladoras do equipamento (Front-end port), sem a necessidade de intervenção manual ou interrupção no acesso aos dados. Em caso de falha de alguma controladora, a(s) controladora(s) remanescente(s) deve(m) possuir capacidade de atender às requisições de acesso a dados, tendo acesso a todos os discos do equipamento.
 4. Implantar load balance (balanceamento) no acesso aos volumes, ou seja, em modo ativo-ativo, não tendo controladora proprietária das requisições de leitura e escrita para volumes.
 5. Implantar cascateamento grupo de consistência de snapshots.
 6. Implantar failover automático entre as controladoras, mantendo a continuidade dos serviços.
 7. Suporte a interconexões SAN e NAS com o Kubernetes por meio de CSI para dar suporte a operações como criação dinâmica de PVC, exclusão de PVC, gerenciamento de PVC, montagem e instantâneo de volume. Além disso, permitir QoS pode ser configurado por meio do CSI.
 8. Implantar os protocolos de acesso nas controladoras de disco sem o uso de gateways ou proxy externos, diminuindo pontos únicos de falhas.
6. Conectividade:
 1. Suportar portas de front End para conexão com os hosts FC, F-NVMe, 10/25/40/100 GbE e NVMe over RoCE.
 2. Suportar 12 (doze) módulos de IO por Controller Enclosure distribuídos no par de controladoras.
 3. Possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) portas 25GBase-SR, Multimodo, do tipo "Front-End". Possuir licenciamento para todas as portas de rede e permitir sua operação simultânea. As portas devem estar igualmente distribuídas entre as controladoras com seus respectivos módulos SFP+ de 25Gbps;
 4. Possuir, no mínimo, 8 (oito) portas de 32/16Gbps Fibre Channel para "Front-End";
 5. Possuir, no mínimo, 2 (Duas) portas de conexão RDMA 100 Gbit/s por controladora;
 6. Possuir pelo menos uma porta de rede Ethernet 10/100 ou 1000 Mbit/s, com conector RJ-45, exclusivamente dedicada para configuração e administração do subsistema;
 7. Suportar os protocolos FC, iSCSI, NFS, NDMP, CIFS, RoCE e S3;
 8. Suportar expansão futura de portas "Front-End" em 100GBase-SR QSFP28, 25GBase-SR SFP28, 32/16Gbps Fibre Channel;
7. Volumetria inicial:
 1. Possuir quantidade suficiente de gavetas e discos para implantar capacidade líquida de 135 TiB em discos do tipo SSD NVMe em RAID-6, sem considerar taxa de Redução de Dados, deduplicação e compressão.
 2. As unidades de armazenamento utilizadas para fornecimento da capacidade líquida ofertada devem ser do tipo SSD NVMe SED (Self Encrypting Devices), caso haja licenciamento para operação da criptografia dos dados *at rest*, esses, devem ser fornecidos de forma perpetua e para toda a volumetria.
 3. A capacidade líquida - utilizando obrigatoriamente no mínimo RAID-6 deve ser comprovada por relatórios completos obtidos através de ferramentas de modelagem/simuladores (sizing) do próprio fabricante. Estes relatórios deverão fazer parte da Proposta apresentada pelo Licitante, contendo todo o detalhamento dos parâmetros utilizados (Não serão aceitos somente "prints" da tela resumida).
 4. A capacidade líquida (*Storage pool*) já descontada perda de *hot-spares*, consumo interno e redução de dados, deve estar disponível integralmente para criação LUN (*Block Volume*) ou *Filesystem* (*File Volume*) sem pré-reserva de capacidade destinado para block ou file. Um único pool de Storage pode ser usado para criação de LUN ou *Filesystem*.
8. Volumetria Suportada Para Expansão Futura:
 1. Suportar expansão para no mínimo 2.000 terabytes – (TiB) de capacidade líquida, através de adição de gavetas e/ou discos, sem necessidade de adição, atualização ou upgrade de controladoras.
 2. A capacidade líquida deve ser comprovada por relatórios completos obtidos através de ferramentas de modelagem/simuladores (sizing) do próprio fabricante. Estes relatórios deverão fazer parte da Proposta apresentada pelo Licitante, contendo todo o detalhamento dos parâmetros utilizados (Não serão aceitos somente "prints" da tela resumida).
9. Performance:
 1. Atingir no mínimo 40.000 IOPS e Bandwidth de 600 MB/s considerando o perfil de 70% de Leitura, 30% de escrita 0% de taxa de acerto de leitura (Hit Rate), blocos de 16KB de Acesso Randômico.
 2. Os valores de performance devem ser comprovados por relatórios completos obtidos através de ferramentas de modelagem/simuladores (sizing) do próprio fabricante. Estes relatórios deverão fazer parte da Proposta apresentada pelo Licitante, contendo todo o detalhamento dos parâmetros utilizados (Não serão aceitos somente "prints" da tela resumida).
10. Spare:
 1. Implantar "dynamic spare", de forma a disponibilizar discos ou área de SPARE adicionais a capacidade líquida de armazenamento solicitada.
 2. Possuir, no mínimo, (um) disco para "hot-spare" ou área equivalente segundo as melhores práticas do fabricante.
 3. Os discos de "hot-spare" devem ser suficientes para, sem a necessidade de intervenção manual, substituir qualquer disco do equipamento que venha a falhar.
11. Desduplicação/Compressão:
 1. Possuir licenciamento de desduplicação e compressão, para toda a capacidade ofertada.
 2. Possuir em SAN e/ou NAS desduplicação e compressão de dados para toda a capacidade do subsistema.
12. Compatibilidades:
 1. Possuir compatibilidade com, no mínimo, os sistemas operacionais Windows Server 2019/2022 e 2025 e VMware ESXi 7.0 e 8.0.

2. Possuir compatibilidade com, no mínimo:
 1. VMware vCenter.
 2. Windows Server 2022 Hyper-V,
 3. vStorage APIs for Array Integration (VAAI),
 4. VMware vStorage APIs for Storage Awareness (VASA),
 5. Volume Shadow Copy Service (VSS).
3. Estar no diretório de Member Platinum no SNIA conforme link https://www.snia.org/member_com/member_directory.
4. O Fabricante do equipamento deverá constar na lista pública do TSANET <https://www.tsanet.org/members> em nível Elite;
13. **Provisionamento Dinâmico (Thin Provisioning):**
 1. Implementar a funcionalidade de consumir a capacidade de armazenamento sob demanda de novas gravações de dados e não com a simples disponibilização da LUN permitir apresentar ao host uma área superior ao que foi alocado inicialmente.
 2. Permitir distinguir o espaço alocado ao espaço realmente ocupado e implantar o envio de alertas sempre que essa área disponibilizada virtualmente estiver próxima de sua capacidade máxima, para que seja possível expandir a área.
14. **Cópia instantânea (snapshot):**
 1. Implantar em SAN e NAS, cópia instantânea (snapshot), de forma que apenas os ponteiros são armazenados e não todos os dados (Point in time).
 2. Permitir realizar o gerenciamento dos Snapshots criados.
 3. Permitir snapshots de em **cascata**, permitindo **roll back**.
 4. Permitir criar versões diferentes de snapshots, bem como realizar agendamento de snapshots.
 5. Permitir criação de no mínimo 16.000 Snapshots;
 6. Permitir criação de no mínimo 2.000 Snapshots imutáveis;
 7. O subsistema deverá suportar a restauração dos dados contidos em um Snapshot, considerando a granularidade desde um volume, LUN e um arquivo único.
 8. Implantar tecnologia ROW (Redirect on write), permitindo a criação de snapshots e utilizando apenas ponteiros.
 9. Permitir criação de snapshot, usando intervalos mínimos de até 3 segundos de proteção de dados contínua, na camada SAN.
15. **Cópia Integral:**
 1. Implantar em SAN e NAS, cópia integral de LUNS e FileSystems, clones.
16. **Replicação de Dados:**
 1. Implementar em SAN e NAS, funcionalidade de replicação remota de dados de forma síncrona ou assíncrona.
 2. Possuir funcionalidade de replicação remota em modo "ativo-ativo" – Metro Cluster - para a funcionalidade Bloco e File Systems entre storages da mesma família.
 3. Permitir a tierização automática e transparente de arquivos baseado em políticas como último acesso, tamanho, tipo de arquivo para outros destinos que não seja o atual, suportando dispositivo NAS, S3 e nuvem garantindo o recall sem interrupções.
 4. Todos os métodos de replicação (Assíncrona, Síncrona e Metro Cluster Ativo-Ativo) devem ser providos de forma nativa do equipamento sem necessidade de gateway externo e devem estar licenciados de forma perpétua.
17. **Funcionalidade de Multipath:**
 1. Suportar multipath nativo do fabricante ou de terceiros, entende-se como multipath a funcionalidade onde um servidor pode ser conectado a mais de um caminho (path) configurado para acessar os volumes desse subsistema de forma balanceada.
18. **Funcionalidades NAS:**
 1. Implantar os protocolos SMB 2 e 3 e 3.1 NFS v3 e 4, e NDMP.
 2. Permitir a criação de múltiplos diretórios, para atribuição de quotas, onde só admins podem criar, deletar e modificar.
 3. Não serão aceitas soluções externas, baseadas em controladoras adicionais as controladoras de discos ou através de gateways para as funcionalidades de NAS.
19. **Nível de Serviço (SLA):**
 1. Implantar em SAN e NAS, funcionalidade de QoS ou SLA, que permita alocar dinamicamente recursos do subsistema com base em características da aplicação, de forma a priorizar aplicações críticas frente a aplicações não críticas sendo os controles de IOPS e Bandwidth.
20. **Gerenciamento e Administração:**
 1. Implantar gerenciamento via SNMP.
 2. Permitir a integração com o subsistema através de SNMP, SMI-S, RESTful API.
 3. Possuir monitoramento proativo que permita gerenciamento de espaço, proteção de dados, snapshot, clone e replicação.
 4. Permitir o gerenciamento através de console gráfica, para no mínimo, as seguintes funcionalidades:
 1. A definição de usuários e perfis com diferentes níveis de acesso;
 2. Criação de volumes e associação de volumes aos servidores;
 3. A criação de clones, Storage pools, grupo de luns, contínuos data protection;
 4. Mapeamento de Luns;
 5. A notificação de eventos e envio de alertas em casos de falhas ou necessidade de alguma intervenção técnica;
 6. A coleta de dados de utilização e performance sobre RAID Groups, discos físicos, volumes lógicos, portas fibre channel e portas ethernet;
 7. O gerenciamento de portas, file systems, protocolos de acesso, integração para autenticação de usuários e atribuição de quotas de acesso para as funcionalidades NAS.
 5. Possuir software compatível com o equipamento que permita análises de desempenho online e por histórico, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias;
 6. Possuir alarmes e monitoramento a disponibilizar informações de performance de luns, portas e controladoras, permitindo análise de consumo de recursos do equipamento.
 7. Disponibilizar as informações de forma que seja possível gerar estatísticas e relatórios da utilização dos recursos do equipamento.
 8. O Fabricante do equipamento deverá constar na lista pública do TSANET (<https://www.tsanet.org/members>) em nível Elite;
 9. O Fabricante do equipamento deverá constar na lista pública do SNIA (https://www.snia.org/member_com/member_directory) em nível Member Platinum;
 10. Permitir acesso local e através de interface Web ou aplicação instalada no cliente.
 11. Possuir funcionalidade de auto-chamado ("call-home", "auto-suporte" ou similar) que permita ao sistema enviar ao Fabricante e/ou Contratada por meio eletrônico sem interferência humana alertas de eventos permitindo a abertura de chamados sem intervenção da equipe técnica da CONTRATANTE.
21. **Nível de Serviço e Implementação**

1. Planejamento e design, seguindo o termo de referência.
2. Instalação completa do hardware.
3. Instalação física no Rack, cabeamento e energização.
4. Start up do sistema, instalação das licenças e criação de até 3 volumes lógicos.

1. Kit de Expansão de Volumetria tipo I

1. A solução deverá permitir a expansão da volumetria por meio da adição de, no mínimo, uma gaveta de discos do tipo **All-Flash (NVMe)**, composta por unidades de mesmo modelo, capacidade e tecnologia de armazenamento, todas compatíveis e do mesmo fabricante da solução ofertada, **totalizando no mínimo 235TiB (duzentos e trinta e cinco tebibytes) de capacidade bruta**.
2. A gaveta de expansão deverá suportar discos NVMe da mesma capacidade, modelo e agrupamento (RAID, pool ou equivalente) utilizados nas controladoras principais da solução.
3. Deverá ser realizada a instalação completa do hardware, incluindo todos os componentes necessários para o perfeito funcionamento da gaveta adicional.
4. A instalação deverá contemplar a fixação física no rack, execução do cabeamento necessário (dados e energia), energização e integração lógica com o sistema de armazenamento existente.
5. A expansão deverá incluir a adição dos discos aos storage pools existentes ou à criação de novos pools, conforme diretrizes do fabricante e boas práticas de provisionamento de capacidade.
6. Caso haja disponibilidade de espaço físico na gaveta de discos já instalada, os novos discos deverão ser adicionados a essa gaveta, desde que atendidos os critérios de compatibilidade técnica e respeitadas as boas práticas de balanceamento, desempenho e suporte do fabricante.

2. SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS TIPO 02 COM 1200TiB LÍQUIDOS

1. Aquisição de Subsistema de Armazenamento de Dados compostos por 1 (um) Storage com funcionalidade de Object Storage abrangendo o fornecimento de hardware e software, instalação e implantação, repasse de conhecimento e garantia.
2. Entende-se soluções de armazenamento distribuídas em objeto como arquiteturas escaláveis em modo Scale-Out permitindo a adição de nodes de maneira linear e simétrica (controladoras e mídias/discos de armazenamento), a solução deverá se comportar como cluster de armazenamento e processamento de dados de forma integrada.
3. Não serão aceitas soluções de armazenamento distribuídas em objeto de maneiras segregadas, nós de armazenamento e nós de processamento.
4. Não serão aceitas soluções de armazenamento definidas por software
5. Como forma de proteção dos dados armazenados deverá ser de tecnologia de dupla paridade (Erasure Coding) ou Raid-6.
6. A Solução deve suportar disponibilidade de **99.9999%**.
7. Os nodes deverão estar conectados entre si, onde o dado poderá ter operações de escrita e leitura em qualquer node do cluster de forma transparente para aplicação.
8. A conectividade entre os nodes será de responsabilidade da CONTRATADA por meio de no mínimo 2 (dois) switches exclusivos para back-end garantindo throughput necessário conforme melhores práticas da solução.
9. Deverão ser fornecidos, no mínimo, 1.2PiB de armazenamento líquido, ou seja, já descontando todos os overheads e consumos de área para sistemas, área de spare e redundâncias, para armazenamento de Object Storage.
10. A Solução de Armazenamento de Dados distribuídas em objetos deve possuir capacidade líquida mínima de 1.2 PiB (Um ponto dois Pebibytes) disponível para gravação dos dados. Esta capacidade deve ser dimensionada, considerando objetos com tamanho médio de 256 KB (duzentos e cinquenta e seis kilobytes)
11. A Solução de Armazenamento de Dados Distribuída em Objeto deverá suportar a escalabilidade de 20 PiB (Vinte Pebibytes) da volumetria útil ofertada.
12. Cada nó da solução deve suportar um mínimo de 30 Discos.
13. Cada nó da solução deve suportar um mínimo de 256 GB de Memória.
14. A Solução de Armazenamento de Dados Distribuída em Objeto deverá suportar os seguintes protocolos:
 1. NFS (v3 ou superior), CIFS (SMBv2 ou Superior), FTP, HDFS, HTTP/REST, S3.
 2. Estes protocolos devem estar disponíveis para todo conjunto de interfaces e para toda a capacidade líquida da solução, suportando inclusive uma expansão da capacidade líquida.
15. O hardware de armazenamento/repositório deverá ser capaz de suportar falhas de até (2) dois discos simultaneamente, devendo ser fornecido com proteção baseado em RAID ou Erasure Code.
16. A capacidade líquida do equipamento deverá ser entregue através de drives HDD e SSD de no máximo 20TB NL-SAS ou SATA e 3.2TB SSD NVMe.
17. Deve proteger os dados distribuindo em grupos de discos seguindo as melhores práticas do fabricante, incluindo os discos de paridade.
18. A solução ofertada deverá possuir a capacidade de endereçar, no mínimo, 1 (um bilhão) de objetos líquidos, e deverá suportar escalabilidade para endereçar, no mínimo, 10.000.000.000 (dez bilhões) de objetos líquidos em um único namespace.
19. A solução deverá ser capaz de suportar a falha de até 1 node no cluster.
20. Deverá suportar versionamento de objeto.
21. A solução ofertada deverá ser capaz de prover acesso aos objetos armazenados através de um único namespace para toda a capacidade ofertada.
22. A solução ofertada deve possuir recursos de multi-tenancy de forma a permitir a segregação lógica da área de armazenamento.
23. Os nós ou controladoras deverão possuir redundância de fontes de alimentação, ventilação, bem como tolerar a falha completa de um nó ou controladora.
24. Cada nó ou controladora deve disponibilizar 2 (duas) portas front-end de 25 Gbps (vinte e cinco gigabits por segundo) ou equivalente exclusivamente para acesso a dados.
25. Todos os equipamentos de rede, incluindo switches, transceptores ópticos, cabos de conexão dos switches (back-end) aos nós ou controladoras, deverão ser fornecidos junto à solução.
26. Fica a cargo do Detran/DF ofertar portas de switch suficientes para acesso as portas de front-end do cluster;
27. Cada conexão da solução ofertada deverá possuir, de forma nativa, a capacidade de autodeterminar a velocidade de transmissão dos dados, para o caso de conectar-se a dispositivos que operem em outras velocidades, para auto negociar entre velocidades de 10Gbps (Dez Gigabits por segundo) ou 25Gbps (Vinte e cinco Gigabits por segundo).
28. A solução ofertada deverá permitir aos servidores conectados, a utilização de caminhos alternados, admitindo-se a funcionalidade de balanceamento de carga entre os nodes do cluster. O software de balanceamento de carga deve ser ofertado em forma virtual (parte integrante do licenciamento da

solução) ou física (caso não tenha solução nativa), com alta disponibilidade.

29. Solução ofertada deverá possuir a funcionalidade de mídia WORM (Write Once Read Many), garantindo a não alteração dos dados armazenados e mantendo a integridade e a autenticidade para toda a solução.
30. A funcionalidade de WORM da solução deve ser inerente a solução, não sendo disponibilizado por meio de softwares externos.
31. Deverá permitir que o tempo de retenção para cada objeto possa ser configurado para no mínimo 15 (quinze) anos;
32. A solução ofertada deverá garantir que os objetos arquivados não serão acessados por usuários e/ou aplicações não autorizadas.
33. Deverá suportar QoS a nível de namespace e tenant nativamente na solução de armazenamento distribuído;
34. Deverá suportar Load Balancing de recursos entre os nodes do cluster considerando as seguintes métricas, Utilização de CPU, Throughput de Rede, Número de conexões TCP/IP e capacidade dos nodes.
35. Caso algum arquivo seja apagado indevidamente por um usuário, por um período a partir 7 dias após apagado, a solução de armazenamento de longas retenção deverá ter a possibilidade de recuperação do arquivo/objeto.
36. A solução deverá prover acesso rápido aos objetos, garantindo autenticidade, imutabilidade, unicidade e disponibilidade, durante o período de retenção configurado, além de ser transparente quanto ao local de armazenamento para aplicações e usuários.
37. A solução deverá prover recurso de criptografia dos dados para toda a capacidade ofertada.
38. Deverá possibilitar a utilização do protocolo SMI-S na versão 1.4 ou superior ou REST API para coletar informações acerca dos dispositivos do sistema.
39. A solução ofertada deverá permitir a atualização do sistema operacional, seja por correção de erros ou implementação de novas funcionalidades, sem causar a indisponibilidade da solução.
40. As manutenções ou substituições de componentes defeituosos e atualização de microcódigo da solução ofertada deverão ocorrer de forma totalmente transparente, ou seja, sem causar qualquer tipo de indisponibilidade no acesso aos dados pela aplicação, e deverá se estender para atualizações tecnológicas tanto dos nós. Entende-se por atualização tecnológica as substituições dos nós ou controladoras por novos modelos disponibilizados pelo fabricante.
41. A solução ofertada deverá permitir o gerenciamento centralizado, através de interface web, para todos os componentes da solução. Todos os componentes necessários para o perfeito funcionamento do gerenciamento devem ser fornecidos.
42. A solução deverá permitir acesso via SSH para administração remota.
43. Permitir automaticamente que um objeto original possua múltiplas cópias completas, de forma que cada cópia seja armazenada em locais diferentes do objeto original.
44. A solução deverá possuir características de geo-replicação de dados permitindo o acesso aos objetos no formato ativo/ativo em namespace global ou equivalente, permitindo que desenvolvedores de aplicação criem sistemas modernos (cloud, mobile, social), dispensando a preocupação do site específico a qual a aplicação deve estar associada.
45. A solução deverá possibilitar a criação de limites de utilização de capacidade (quotas).
46. Por questões de espaço e limitação do espaço no datacenter, a solução ofertada deve ocupar no máximo 1 rack com no máximo 42U.
47. O equipamento deve possuir funcionalidade de monitoramento proativo que permita a detecção, o isolamento e o registro de falhas em discos, bem como a reconstrução dos dados sem intervenção humana.
48. A solução deve possuir monitoramento proativo e reativo por meio de uma conexão VPN via Internet, a uma central de assistência técnica do fabricante ou de um representante autorizado, que opere em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Esse monitoramento deve permitir a abertura automática de chamados de suporte para reposição de componentes defeituosos ou de componentes que apresentem indícios de falha iminente.
49. A solução deve ser compatível e integrar-se sem utilização de gateways com o equipamento de armazenamento do item 1 permitindo a salvaguarda de dados de longa retenção nessa camada.
50. Deverá suportar tierização dos dados entre o equipamento de armazenamento do item 1 e a solução de armazenamento distribuída em objeto, ou alternativamente, através do software de backup através da implementação de políticas de longa retenção.
 1. A solução deverá possuir, de forma nativa, os algoritmos de autenticação: HMAC-SHA- 1, e HMAC-SHA256.
51. A solução deve ter a capacidade de expansão de no mínimo 20PiB (Vinte Pebibytes) somente adicionando controladoras ou nós de igual configuração em Scale-out mantendo a arquitetura simétrica ativa-ativa. Não serão permitidas adições de gavetas de discos somente para atingir essa capacidade.

2. Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02

1. Permitir a expansão de no mínimo um Node de mesmo modelo e tamanhos, e de Armazenamento compatíveis e do mesmo fabricante ofertados no item 5 com no mínimo 400TiB (quatrocentos) Tebibyte;
2. O Node de expansão deve suportar discos NL-SAS de mesma capacidade e modelo da controladora, de mesmo agrupamento de discos ou permitir níveis de proteção diferente;
3. Instalação completa do hardware;
4. Instalação física no Rack, cabeamento e energização;
5. Expansão dos Storage pools.

3. SERVIÇO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA (ITEM 9)

1. O Serviço de Operação Assistida compreende o período pós-implantação das soluções, ao qual a CONTRADATA aloca uma equipe especializada, de preferência aquela responsável pela implantação, para o apoio à operação e monitoramento das soluções em produção e propiciar repasse contínuo de conhecimento e rápida solução de dúvidas à equipe técnica do Detran/DF.
2. Será dedicado o quantitativo de até 320 horas contínuas, divididas em 04 (quatro) pacotes de 80 (oitenta) horas contínuas, com início após o aceite do Serviço de Instalação e Implantação, para cada solução de armazenamento.
3. A operação assistida será realizada através de abertura de chamado e acesso será remoto em acompanhamento da contratante.
4. Abrange as seguintes atividades:
 1. Auxiliar na formulação da customização e parametrização do ambiente de produção, de acordo com as diretrizes e necessidades do Detran/DF;
 2. Apoiar o monitoramento dos eventos gerados pelos módulos de administração e gerenciamento da Solução;
 3. Apoiar o monitoramento de alertas dos módulos de administração e gerenciamento da Solução;
 4. Refinar e melhorar o processo de administração e gerenciamento da solução contratada nesse instrumento;
 5. Realizar e orientar testes de novas versões do software de Gerenciamento da Solução;

- 6. Apoiar na geração de informações para a gestão da capacidade e do desempenho;
- 5. Ao término da checagem geral deverá ser realizado um workshop de no mínimo 4 horas para repasse da arquitetura e topologia das soluções implantadas. Deve ainda entregar documentação contendo, no mínimo:
 - 1. Mapa atualizado com arquitetura com a topologia;
 - 2. Descritivo do estado gerado da infraestrutura recém implementada de softwares e serviços, contemplando, no mínimo, configuração, versão, desempenho.
- 6. Transferência de Conhecimento
 - 1. A Contratada deverá fornecer transferência de conhecimento da tecnologia implantada.
 - 2. A transferência de conhecimento deverá ter como base o acompanhamento da operação e monitoramento da solução implantada pela equipe técnica do Detran/DF para a plena operação do equipamento, bem como solução de dúvidas, capacitando a equipe técnica do contratante a respeito da arquitetura (física e/ou lógica), configurações, modos de operação, monitoramento, procedimentos de abertura de chamados e outros requisitos básicos operacionais da solução adquirida.

4. SERVIÇO DE TREINAMENTO TEÓRICO/PRÁTICO (ITEM 10)

- 1. A CONTRATADA deverá providenciar treinamento teórico e prático (hands-on) para solução ofertada conforme melhores práticas na operação dos equipamentos e/ou softwares das soluções adquiridas.
- 2. A capacitação terá caráter teórico-prático dirigido, principalmente, para o contexto de atuação da equipe técnica e dos colaboradores da CONTRATANTE. Os serviços de treinamento deverão ser realizados de segunda a sexta-feira entre 8h e 18h, nas dependências da CONTRATANTE ou de forma remota.
- 3. Os instrutores do treinamento deverão ter pleno conhecimento da arquitetura e configurações da solução instalada, bem como serem certificados pelo fabricante da solução.
- 4. A carga horária mínima de capacitação de tecnologia para as soluções de armazenamento é de 20 horas.
- 5. As turmas terão quantidade máxima de 6 alunos.
- 6. Os treinamentos deverão ser realizados, preferencialmente, em um único período do dia (manhã ou tarde), totalizando carga horária de 4h diárias mínima.
- 7. Os treinamentos deverão ser baseados em material e ementa oficial do fabricante.
- 8. O conteúdo programático da capacitação para as soluções de armazenamento (NAS e/ou Storage de Objetos) deverá abordar, no mínimo:
 - 1. Visão geral dos componentes dos equipamentos;
 - 2. Arquitetura física e lógica;
 - 3. Modos de operação;
 - 4. Configuração e operação básica e avançada;
 - 5. Comandos básicos;
 - 6. Atualização de firmware e diagnóstico dos equipamentos/software;
 - 7. Melhores práticas de configuração e uso;
 - 8. Uso dos componentes NAS e/ou storage de objetos e seus protocolos, incluindo S3;
 - 9. Snapshots;
 - 10. Desduplicação e Compressão de dados, caso se aplique;
 - 11. Gerência e monitoramento contínuo da solução;
 - 12. Replicação de dados.
- 9. Todo material didático deverá ser fornecido pela CONTRATADA e deverá estar incluso no escopo do treinamento.
- 10. Ao final do treinamento, deverá ser emitido o certificado de conclusão a cada participante, devidamente assinado pela empresa promotora, especificando o conteúdo programático completo do curso, corpo docente, data de início, data de fim e carga horária do treinamento.
- 11. Todo e qualquer custo envolvido na transferência de conhecimento tecnológico deverá correr por conta da CONTRATADA, sem nenhum ônus para o Detran/DF.
- 12. Após o treinamento inicial na entrega da solução, poderão ser requeridas novas turmas, para fins de capacitação e atualização dos colaboradores da CONTRATANTE, em virtude de turnover (rotatividade) e atualização tecnológica.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O vínculo entre as necessidades da contratação e os objetivos estratégicos de TIC foi estabelecido pela instância do planejamento organizacional, de acordo com os objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico - 2024-2030 (188279001) , conforme será demonstrado no quadro abaixo, bem como na justificativa da origem da demanda no DFD (180004218).
- 3.2. Conforme o Mapa Estratégico 2024-2030:
 - 3.2.1. Investir em tecnologias inteligentes relacionadas à mobilidade, fiscalização e prestação de serviço da Autarquia;
 - 3.2.2. Fomentar a integração e compartilhamento de dados, informações e conhecimento entre os órgãos de trânsito e de segurança pública;
 - 3.2.3. Fomentar e Fortalecer a Governança pública na Autarquia;
 - 3.2.4. Fortalecer a transparência e a imagem da Autarquia;
 - 3.2.5. Desenvolver e executar as políticas de trânsito com participação social;
 - 3.2.6. Aprimorar as ações de educação;
 - 3.2.7. Promover um trânsito seguro e humanizado;
 - 3.2.8. Aumentar a sensação de segurança nas vias do Distrito Federal;
 - 3.2.9. Aprimorar a gestão do relacionamento com o cidadão.
- 3.3. Junto ao PDTI, foi possível identificar:
 - 3.3.1. **Alinhamento Estratégico**
 - 3.3.1.1. Junto ao PDTI, foi possível identificar:

Identificação do Objetivo	Objetivo Estratégico	Alinhamento Estratégico

EG01-2024	Aprimorar o processo de recebimento, triagem, distribuição e acompanhamento de demandas	Diagnóstico Estratégico
EG02-2024	Estruturar uma central de monitoramento e resposta a incidentes de tecnologia com monitoramento de resposta 24 horas (NOC) e a Central de Segurança da Informação (SOC).	Diagnóstico Estratégico
EG09-2024	Aprimorar e automatizar os processos de contratação, gestão de contratos e níveis de serviços (software e serviços)	Diagnóstico Estratégico IN07-2020
MT01-2024	Fortalecer a gestão, operação e arquitetura de dados do Detran	Diagnóstico Estratégico
MT08-2024	Aprimorar serviços de verificação de autenticidade de usuários e acesso a dados e transações nos sistemas do Detran	Diagnóstico Estratégico

3.4. A Integração de bases para implementação de um processo amplo de solução de armazenamento contribui fortemente com os Objetivos Estratégicos, que têm como principal direcionador apoiar as áreas estratégicas e negociais na tomada de decisões. Destacamos, também, as necessidades relacionadas à implementação de serviços digitais para o cidadão, melhoria dos processos de negócio por meio de automação de tarefas e inteligência artificial, ciência de dados, entre outros.

3.5. Vejamos as necessidades e objetivos previstos junto ao PDTIC:

Identificação do Objetivo	Objetivo Estratégico	Demandas	Unidade Organizacional	Necessidades de TIC
TD04-2024	Adquirir/desenvolver soluções de tecnologia para operação do Detran e para atendimento ao cidadão envolvendo hardware e softwares integrados (Internet of Things - IoT)	IN62-2020	DIRPOL	Aprimoramento e Modernização do Centro de Controle Operacional do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF

3.6. Planejamento de Contratação Anual:

3.7. Em conformidade com o **Planejamento de Contratações Anual (PCA)**, os itens previstos são: **14740, 35089, 19554 e 35091**.

3.8. Para garantir a **qualidade e eficácia da solução** no decorrer da fase de elaboração, realizamos um ajuste, adicionando e separando os itens conforme o novo planejamento.

3.9. PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PEI

Item:

Objetivo Estratégico: Promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do servidor no trabalho.

Objetivo Estratégico: Garantir segurança, integridade, investimento e efetiva governança de dados e informações.

Iniciativas Estratégicas:

Modernização de Tecnologia de TI.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E PADRONIZAÇÃO

4.1. A solução de armazenamento de dados (Storage) objeto desta contratação foi definida com base nos requisitos de **qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança**, conforme as diretrizes estabelecidas no **Art. 12, § 7º, I, da IN SGD/ME nº 94/2022**.

4.2. Em observância aos **Arts. 72 e 83 do Decreto Estadual nº 44.330/2023**, a especificação do produto busca a padronização administrativa e técnica, visando a interoperabilidade com a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) já existente no Órgão, assegurando a continuidade dos serviços e a eficiência na manutenção dos ativos.

4.3. A definição técnica prioriza:

- **Rendimento:** Capacidade de processamento de IOPS e vazão de dados (*throughput*) compatíveis com as demandas volumétricas do órgão;
- **Compatibilidade:** Plena integração com os protocolos de rede e sistemas operacionais de virtualização atualmente em uso;
- **Segurança:** Implementação de recursos nativos de criptografia de dados em repouso e redundância de controladoras (High Availability);
- **Durabilidade:** Ciclo de vida tecnológico e suporte técnico especializado garantidos pelo período de **60 meses**.

5. MINUTA PADRONIZADA AGU

5.1. Foi utilizado como minuta padronizada para confecção do termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevinha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e Parecer Referencial SEI-GDF n.º 66/2024 - PGDF/PGCONS

6. SOBRE O MEMORANDO CIRCULAR 178730309

6.1. Delineando atender as orientações sobre contratações de bens/serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC tratadas no

Memorando Circular 6 (178730309) por DETRAN/DG/UCI, recomenda-se a Equipe de Planejamento da Contratação formalizar consulta prévia à Secretaria de Economia - SEEC/DF, na possibilidade do objeto da pretensa contratação se enquadrar nas hipóteses do art. 6º e respectivos incisos do Decreto nº 40.015/2019

6.2. Está sendo solicitada para a SEEC/SETIC pelo processo 00055-00104039/2025-44.

7. SGD Nº 94/2022

7.1. Vedação de Contratação

7.1.1. A análise detalhada do objeto da contratação evidencia que ele não se enquadra nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, conforme descrito no art. 269-A do Decreto nº 44.330/2023, que são:

Artigo 3º da IN SGD nº 94/2022: O objeto não envolve serviços ou produtos que se enquadrem nas categorias restritas mencionadas, como, por exemplo, atividades relacionadas à segurança cibernética, que exigem conformidade com padrões específicos que não são aplicáveis ao caso presente.

Artigo 4º da IN SGD nº 94/2022: A contratação não inclui produtos ou serviços cuja aquisição é proibida devido a questões de segurança nacional, privacidade de dados, ou outras restrições estabelecidas por órgãos reguladores.

Artigo 5º da IN SGD nº 94/2022: A contratação não incorre em qualquer uma das vedações dispostas nos incisos do Artigo 5º da IN SGD nº 94/2022.

7.1.2. Portanto, com base na análise dos requisitos e condições estipulados pelos referidos artigos, conclui-se que o objeto da contratação está plenamente em conformidade com as normas vigentes e não infringe qualquer uma das proibições estipuladas pela legislação pertinente.

8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O Detran enfrenta desafios crescentes relacionados à segurança e integridade dos dados gerados por seus sistemas e dispositivos operacionais. Atualmente, além do volume significativo de dados provenientes de pardais e radares em operação, o ambiente produtivo do Detran inclui File Server, OpenShift, Nutanix e Banco de Dados, todos demandando capacidade de armazenamento confiável para backup e restore.

8.2. Os storages utilizados atualmente para backups foram adquiridos em 2015 e reaproveitados após a atualização dos storages de produção para modelos mais modernos. Contudo, com mais de 8 anos de uso contínuo, esses storages apresentam sinais de falha iminente e não possuem capacidade suficiente para suportar o crescimento constante do volume de dados gerados pelas operações do Detran.

8.3. Além das demandas atuais, o Detran planeja, em um futuro próximo, a aquisição de um parque semafórico tecnológico no Distrito Federal, que incluirá câmeras em cada ponto semafórico. Essa nova infraestrutura resultará em um aumento significativo no volume de dados gerados, ampliando ainda mais a necessidade de uma solução de armazenamento escalável e eficiente.

8.4. O problema principal enfrentado atualmente não é a limitação de espaço físico para novos equipamentos, mas sim a insuficiência de capacidade de armazenamento para realizar backups e restores de forma segura e eficiente. Para garantir a continuidade das operações, a integridade dos dados e a preparação para futuras demandas, é essencial atualizar os sistemas de armazenamento de backups.

8.5. Com essa atualização, o Detran assegurará a confiabilidade de seus backups e restores, preservando a integridade e disponibilidade de informações.

9. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo (grupo único), no modo aberto, adotando o procedimento auxiliar – Sistema de Registro de Preços.

9.1.1.1. O intervalo mínimo de lances a ser observado é de R\$ 1.000,00 (mil reais), de modo a não inviabilizar a competitividade definindo-se valores e incentivar a oferta de propostas mais vantajosas, na busca pela contratação mais atrativa.

9.1.1.2. Após análise técnica do cenário de mercado e dos requisitos de negócio do DETRAN-DF, **afasta-se a aplicação das referidas modalidades inovadoras**, ratificando-se a adequação do rito licitatório ordinário com base nas seguintes fundamentações:

- **Inaplicabilidade da CPSI (Solução Inovadora):** A CPSI destina-se a situações em que o problema público exige o desenvolvimento de uma solução inédita, com risco tecnológico imaturo e necessidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O objeto em tela restringe-se ao fornecimento de infraestrutura de armazenamento de dados (*Storage NVMe*), segmento de mercado globalmente consolidado. Busca-se a aquisição de equipamentos de prateleira (*off-the-shelf*), manufaturados por grandes fabricantes mundiais, amplamente testados e que não envolvem experimentalismo ou desenvolvimento de tecnologia proprietária nova.
- **Inaplicabilidade do Diálogo Competitivo:** Esta modalidade é reservada a objetos de tamanha complexidade que impossibilitem a Administração de definir, por si só, as especificações técnicas aptas a atender às suas necessidades. No caso concreto, os requisitos de capacidade útil, desempenho (IOPS), latência máxima e protocolos de conectividade. O mercado dispõe de soluções prontas que atendem integralmente a tais métricas, não havendo lacunas conceituais que demandem debates prévios com licitantes para a construção da solução técnica.

9.1.1.3. Por conseguinte, o objeto caracteriza-se como **Bem Comum de TIC**. Embora dotado de alta tecnologia intrínseca e complexidade de engenharia em sua fabricação, seus padrões de desempenho, qualidade e compatibilidade arquitetônica são definidos objetivamente no mercado por meio de métricas públicas e usuais (padrões *SNIA - Storage Networking Industry Association*).

9.1.1.4. A especificação clara dos requisitos contida nos autos assegura a perfeita compreensão pelas empresas do ramo, garantindo que a disputa ocorra sob a égide da ampla competitividade e que a escolha da proposta mais vantajosa dê-se exclusivamente por critérios objetivos de julgamento (menor preço / maior desconto).

9.1.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

9.1.3. Conforme art. 12, § 4º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, "nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DAS RESPONSABILIDADES NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (ART. 17, IN 94/2022)

10.1. Do Órgão Gerenciador

10.1.1. **I - registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu**

interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para Registro de Preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, observado o parágrafo único deste artigo;

10.1.2. II - realizar pesquisa de preços para procedimentos iniciados no órgão gerenciador, bem como definir a tabela de referência para obras e serviços de engenharia, destacando os respectivos valores que serão licitados;

10.1.3. III - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação do respectivo anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo, destinado a atender os requisitos de padronização e racionalização;

10.1.4. IV - recusar os quantitativos considerados ínfimos;

10.1.5. V - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

10.1.6. VI - realizar o procedimento licitatório, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos órgãos participantes;

10.1.7. VII - remanejar os quantitativos da ata;

10.1.8. VIII - gerenciar a ata de registro de preços;

10.1.9. IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados;

10.1.10. X - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços;

10.1.11. XI - providenciar o registro das penalidades administrativas aplicadas previstas em lei e no instrumento convocatório;

10.1.12. XII - verificar se os pedidos de realização de registro de preços, formulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, efetivamente se enquadram nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº XXXXX, de 2021, podendo indeferir os pedidos que não estejam de acordo com o previsto em norma.

10.1.13. XIII - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar tais ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantida a ampla defesa e o contraditório aos licitantes e contratados.

10.2. Dos Órgãos Participantes (Se houver)

10.2.1. I - registrar o interesse em participar do registro de preços por meio de sistema eletrônico disponibilizado para esse fim, justificando a contratação e os quantitativos previstos, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, especificações técnicas ou projeto, visando a instauração do procedimento licitatório;

10.2.2. II - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador;

10.2.3. III - por ocasião da manifestação de interesse, solicitar a inclusão de novos itens, que deverá ser feita no prazo previsto pelo órgão gerenciador;

10.2.4. IV - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2.5. V - emitir a ordem de compra, ordem de serviço ou contrato, por meio de sistema eletrônico disponibilizado para esse fim, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos da ata de registro de preços;

10.2.6. VI - providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Distrito Federal e do órgão ou entidade demandante, quando couber;

10.2.7. VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

10.2.8. VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

10.2.9. IX - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar tais ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantidas a ampla defesa e o contraditório aos licitantes e contratados.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

11.1. Em atenção ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de cooperativas na presente licitação. A contratação envolve fornecimento de solução integrada de armazenamento corporativo, com prestação de serviços técnicos especializados, operação assistida e suporte contínuo em ambiente de missão crítica, cuja execução demanda estrutura empresarial, capacidade técnico-operacional e regime de trabalho incompatíveis com a organização e a repartição de responsabilidades próprias do modelo cooperativista. Tal vedação busca resguardar a adequada alocação de riscos contratuais, a continuidade dos serviços e a segurança da informação, assegurando a seleção de licitantes que detenham plena capacidade para assumir, de forma direta e exclusiva, as obrigações decorrentes do ajuste.

12. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. A licitante deverá demonstrar situação financeira compatível com as obrigações a serem assumidas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial: Expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação.

12.3. No caso de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentada a prova de que o plano de recuperação foi homologado em juízo e está em pleno vigor.

12.4. Índices Contábeis: Comprovação de boa situação financeira mediante a verificação dos seguintes índices, baseados no balanço patrimonial do último exercício social:

12.5. Índice de Liquidez Geral (LG) > 1,0

12.6. Índice de Liquidez Corrente (LC) > 1,0

12.7. Índice de Solvência Geral (SG) > 1,0

12.8. Patrimônio Líquido (PL): Comprovação de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o Art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Considerando o valor estimado, o Patrimônio Líquido mínimo exigido é de R\$ 1.763.319,20.

13. OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM ALCANÇADOS

13.1. Manter os componentes da Plataforma de dados ativos, íntegros e disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, de acordo com o SLA e com garantia de 12 (doze) meses.

13.2. Assegurar que não venham ocorrer interrupções não programadas em razão de indisponibilidade dos componentes das Plataformas de dados

13.3. Assegurar o cumprimento dos prazos máximos de manutenção nas interrupções programadas.

13.4. Garantir que o desempenho dos componentes das Plataformas: esteja sempre de acordo com as necessidades dos usuários e sistemas que suporte.

13.5. Permitir dimensionamento de necessidades e provisionamento de recursos computacionais em tempo hábil, antecipando eventuais problemas de capacidade ou desempenho que possam ser detectados precocemente.

13.6. Construir novas aplicações para captação de dados e que apoiarão a automação das atividades.

13.7. Disponibilizar serviços de extração, geração, transformação, integração de dados em informação em tempo real para definição e entrega de dashboards e algoritmos para cruzamento de dados internos e externos possibilitando a utilização de dados abertos.

13.8. Realizar serviços de disponibilização de dados tratados ajustados para o livre acesso da população em geral.

13.9. Assegurar que não venham ocorrer interrupções não programadas em razão de indisponibilidade.

14. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Este termo de referência tem por objetivo buscar soluções para atender as demandas e necessidades previstas no PDTI do DETRAN-DF referente ao biênio 2023-2025.

14.2. Nesse sentido, as necessidades aqui estruturadas estão contempladas no referido PDTI, contempladas em:

14.3. D4: Prover a melhoria contínua na prestação de serviços à População e Empresas usuárias;

14.4. D5: Estimular extração, geração, transformação, integração de dados, análise, ciência de Dados e tratamento dos dados para prover informações estatísticas para tomada de decisão;

14.5. D9: Garantir a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos serviços através de Plataformas de Dados;

14.6. D10: Aprimorar a integração entre os dados e informação do DETRAN-DF, disponibilizando-os entre as áreas aplicando as melhores práticas e governança e segurança.

15. NECESSIDADES DE CONTRATAÇÃO

15.1. A necessidade de contratar uma empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação – TI para fornecimento e implementação de uma solução de armazenamento (storage) robusta e escalável para o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF) é impulsionada por fatores críticos que evidenciam a real necessidade dessa contratação.

15.2. Atualmente, o DETRAN/DF enfrenta limitações na infraestrutura de armazenamento existente, projetada para atender demandas de menor complexidade. Essa situação é agravada pelo aumento exponencial de dados provenientes dos sistemas operacionais e pelo planejamento da implantação de semáforos inteligentes, que incluirão câmeras gerando grandes volumes de informações.

15.3. O DETRAN/DF lida com uma grande quantidade de dados sensíveis relacionados ao trânsito e à mobilidade, como registros de veículos, informações de motoristas e imagens captadas pelas futuras câmeras de semáforos. Com o crescimento da frota de veículos e das necessidades de monitoramento e fiscalização, torna-se indispensável contar com uma infraestrutura de armazenamento moderna e eficiente.

15.4. A ausência de uma solução de armazenamento adequada pode resultar em perda de dados, atrasos no acesso às informações e ineficiências operacionais, prejudicando os serviços prestados aos cidadãos e comprometendo a confiabilidade da gestão de trânsito.

15.5. A modernização da infraestrutura de armazenamento é essencial para proporcionar um melhor atendimento ao público e suportar a transformação digital do DETRAN/DF. Os cidadãos esperam serviços acessíveis e rápidos, que dependem diretamente de uma infraestrutura de TI confiável e de alta capacidade.

15.6. Garantir a segurança e a integridade dos dados sensíveis armazenados é fundamental para proteger informações críticas do DETRAN/DF. Uma solução de storage especializada pode implementar as medidas necessárias para prevenir perdas, acessos não autorizados e outras vulnerabilidades.

15.7. O armazenamento moderno possibilita a coleta e análise eficiente de dados em tempo real, permitindo decisões baseadas em evidências e melhorando a eficiência operacional do DETRAN/DF.

15.8. As demandas regulatórias e o avanço de tecnologias aplicadas à fiscalização e mobilidade exigem que a infraestrutura do DETRAN/DF esteja preparada para suportar a evolução constante de sistemas e normas de trânsito.

15.9. A contratação de uma solução de armazenamento de alta performance é crucial para atender essas demandas. Essa iniciativa permitirá ao DETRAN/DF modernizar sua infraestrutura tecnológica, garantir a continuidade e confiabilidade dos serviços prestados, proteger dados sensíveis, otimizar processos e preparar-se para atender à crescente complexidade de suas operações.

15.10. A tecnologia e as melhores práticas na área de infraestrutura de TI evoluem constantemente. Implementar uma nova solução de armazenamento permite ao DETRAN/DF adotar as inovações mais recentes, garantindo escalabilidade, eficiência e segurança para atender às demandas crescentes.

15.11. A modernização da infraestrutura de armazenamento é essencial para otimizar os processos internos, reduzir custos operacionais e melhorar os serviços oferecidos aos cidadãos. Uma solução de storage robusta contribui diretamente para a transformação digital do DETRAN/DF, garantindo que ele continue competitivo e alinhado às expectativas do público.

15.12. A nova solução de armazenamento oferece a oportunidade de incorporar tecnologias emergentes, como desduplicação de dados, replicação e integração com nuvem, que podem aprimorar a eficiência e eficácia da gestão de dados do DETRAN/DF.

15.13. Contratar uma solução de armazenamento confiável permite ao DETRAN/DF aprimorar a experiência do usuário, assegurando a continuidade dos serviços por meio de uma infraestrutura moderna e estável. Isso possibilita que os dados estejam sempre disponíveis, mesmo em situações de contingência.

15.14. Uma solução de armazenamento robusta traz uma abordagem mais eficaz para o backup, recuperação e suporte técnico, garantindo um

ambiente de TI mais estável, seguro e resiliente.

15.15. A contratação oferece a oportunidade de garantir que os sistemas de armazenamento estejam em conformidade com regulamentações recentes, como as relacionadas à proteção de dados sensíveis e segurança da informação, cumprindo as obrigações legais do DETRAN/DF.

15.16. A aquisição de uma solução de armazenamento moderna e escalável demonstra responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos. Isso garante que o investimento seja justificado e que os cidadãos recebam serviços confiáveis e de qualidade, protegendo os dados críticos da instituição.

15.17. A justificativa para a contratação da solução de armazenamento está fundamentada na necessidade de evolução contínua, adaptação às demandas crescentes, garantia da eficiência operacional e atendimento às expectativas do público, além de resolver os problemas de falta de espaço e garantir a segurança dos backups de sistemas críticos.

15.18. O DETRAN/DF atualmente enfrenta a limitação de espaço de armazenamento, o que consome áreas físicas do GDF e compromete a realização de backups completos dos sistemas críticos. A proposta dessa contratação é implementar uma solução de armazenamento que contemple escalabilidade, segurança e integração com ferramentas modernas, resolvendo os gargalos existentes e preparando o DETRAN/DF para operar de forma eficiente e sustentável, enquanto os sistemas legados são migrados para novas plataformas.

16. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

16.1. Quanto aos requisitos depreende-se que:

16.2. Há uma necessidade e imposição prementes de suprir as soluções digitais de forma cada vez mais tempestivas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento dos sistemas aplicativos quando no provimento da infraestrutura tecnológica, de forma a produzir um alinhamento adequado aos requerimentos dos negócios;

16.3. Em suas diversas fases evolutivas, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) passou de simples calculadoras gigantes, com interação interna e externa às organizações limitadas aos especialistas do segmento, para plataformas integradas, colaborativas e interativas em redes de cooperação e troca de experiências com todo ecossistema econômico social em que as organizações e governos estão inseridos, onde informações e conhecimentos são extraídos e retroalimentados em escalas exponenciais. As contribuições de TIC cresceram em magnitude e complexidade a tal ponto que, tanto as tecnologias de suporte como os processos administrativos deste setor, demandaram evoluções, algumas disruptivas, para fazer frente ao volume da demanda aplicada e à complexidade gerada pelas soluções tornadas disponíveis às organizações e à sociedade;

16.4. Como consequência das funcionalidades e facilidades providas por esta evolução, a administração de TIC que durante as fases iniciais de sua evolução adquirira uma característica bastante fabril, com fases e silos funcionais muito bem delineados, apresenta hoje, sob a égide da Era Digital, uma visão muito consolidada e integrada dos processos de concepção, construção e operação dos serviços disponibilizados;

16.5. Esta evolução presenciada e documentada por autores e empresas de pesquisa teve reflexo também nos processos de aquisições de TIC. Antes altamente componentizada, onde contratava-se circuitos de comunicação; processadores; discos de armazenamento; Body Shop de profissionais; desenvolvimento, testes, sustentação e operação de sistemas aplicativos; etc, sendo o DETRAN-DF responsável pelo ônus, e obviamente o custo, de integrar todos estes elementos para o perfeito funcionamento, as contratações passaram a ser realizadas de forma mais objetiva e definitivamente associada ao serviço e resultados que se pretende obter: acesso a Internet; capacidade de processamento e armazenamento; Central de Serviços Compartilhados; serviços de concepção de soluções digitais de negócios; etc.

16.6. Os requisitos de negócio detalhados têm como objetivo atender as demandas de tecnologia das áreas de negócio do DETRAN-DF de forma integrada, padronizada e automatizada, onde as restrições de competência, responsabilidade, descontinuidade e assertividade encontrada no passado recente sejam minimizadas, ou até mesmo eliminadas, dentro de um processo contínuo de liberações e operação.

17. REQUISITO DE SEGURANÇA

17.1. A prestadora, bem como os consultores que atuaram no projeto, devem assinar termo de sigilo e confidencialidade. Estes termos ter por objetivo garantir as questões de segurança da informação.

17.2. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública relacionados à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção ao Decreto Federal nº 3.505, de 13 de junho de 2000, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à Política de Segurança da Informação e Comunicações do DETRAN-DF.

17.3. A prestadora também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na Política de Segurança da Informação e Comunicações do DETRAN-DF, bem como suas respectivas Normas Complementares – às quais DETRAN-DF incumbe dar o devido conhecimento.

17.4. Deverão ser observadas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidas pelo DETRAN-DF e cumpridas, ampliadas, propostas e abarcadas pela estrutura de serviços entregues.

17.5. As ferramentas de apoio utilizadas pela prestadora deverão garantir as questões de segurança da informação.

17.6. As ferramentas de apoio deverão dispor de mecanismos de autenticação e controle de níveis de acesso, possibilitando que seja autorizado acesso apenas para consulta aos dados.

17.7. Para a implantação e operacionalização das ferramentas, deverão ser garantidas as questões de sigilo de senhas e dados sensíveis, não sendo permitido que estas informações fiquem disponíveis sem proteção para serem consultadas e visualizadas nas ferramentas. As ferramentas devem permitir a configuração de dados sensíveis para que estes não sejam exibidos de forma aberta aos usuários e consultores.

17.8. As ferramentas de apoio utilizadas pelo prestador de serviços deverão garantir o sigilo aos dados pessoais, estando aderente aos requisitos definidos da LGPD - Lei Geral de Proteção de dados nº 13.709/18, nos artigos 6º a 46º, 48º e 50º.

18. REQUISITOS LEGAIS

18.1. Este projeto deve estar em conformidade com as seguintes leis e decretos:

18.1.1. Constituição Federal;

18.1.2. Lei Federal nº 14.133/2021: Lei que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

18.1.3. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

18.1.4. Instrução Normativa SGD/MGI nº 6, de 29 de março de 2023 - Regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC;

- 18.1.5. Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 18.1.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 18.1.7. Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 18.1.8. Lei Federal nº 12.846/2013: dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- 18.1.9. Lei Complementar nº 123/2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- 18.1.10. Decreto nº 7.174/2010: regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- 18.1.11. Decreto nº 7.579/2011: dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal;
- 18.1.12. Decreto nº 9.507/2018: dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 18.1.13. Decreto nº 9.739/2019: estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG;
- 18.1.14. Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 18.1.15. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 18.1.16. Nos termos dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

18.2. A garantia poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

18.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

18.4. A garantia terá validade durante toda a execução do contrato e deverá ser renovada ou complementada em caso de prorrogação contratual, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

18.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante atesto definitivo do objeto pela Administração.

18.6. A Administração poderá executar a garantia nas hipóteses de:

- I – inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II – aplicação de multas;
- III – ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
- IV – não cumprimento das condições contratuais pactuadas.

18.7. A exigência de garantia justifica-se em razão da **críticidade da solução contratada**, que envolve infraestrutura de armazenamento de dados de missão crítica do DETRAN/DF, diretamente relacionada à continuidade dos serviços públicos, à segurança da informação e à integridade de dados sensíveis, sendo necessária a mitigação de riscos associados à execução contratual.

19. DEFINIÇÕES GERAIS

19.1. Cada componente da solução deverá ser entregue com toda documentação técnica (em português brasileiro), contendo suas especificações detalhadas (armazenamento, etc.)

19.2. A documentação técnica exigida refere-se aos manuais necessários à instalação e configuração da solução, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a instalação, operação e administração com índice analítico, podendo este ser em formato impresso ou digital;

19.3. A prestadora deverá, durante todo o período da contratação, disponibilizar suporte técnico especializado das soluções dos itens 1, 2, 5 e 6. Para isto, não deverá haver custos adicionais. Além disso, deverá disponibilizar o suporte técnico dos fabricantes das mesmas soluções;

19.4. A prestadora deverá, durante toda a vigência contratual, disponibilizar garantia das soluções ofertadas, devendo reparar e/ou substituir componentes que apresentem problemas, sejam parciais ou totais, sem custos adicionais ao DETRAN-DF;

20. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após o levantamento de mercado realizado, conclui-se pela escolha da Solução 4, que trata da aquisição de uma nova solução de armazenamento de dados para o DETRAN/DF.

20.2. Tendo em vista a relevância das informações coletadas, e as mudanças e modernizações que os sistemas vêm sofrendo, é de extrema importância que a infraestrutura computacional do DETRAN/DF acompanhe as mudanças e forneça toda a base operacional para os novos sistemas e serviços de rede que o Órgão necessita disponibilizar. Em virtude disso faz-se necessária uma infraestrutura que garanta estabilidade, segurança, alta disponibilidade e agilidade na utilização e no armazenamento de dados e informações.

21. JUSTIFICATIVA TÉCNICA ART. 76

21.1. O **Subsistema Armazenamento de Dados (Storage)** não constitui um luxo, mas sim um **imperativo tecnológico** e uma **solução economicamente mais vantajosa no longo prazo**, fundamentada nos seguintes aspectos:

21.2. **Essencialidade e Relevância (Art. 76, I):**

- O serviço/solução de armazenamento de dados é a **base fundamental** para a sustentação, escalabilidade e modernização dos sistemas de informação (SI) e da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI). Sua aquisição é **essencial e indispensável** para garantir a continuidade dos serviços públicos digitais e a **custódia legal** dos dados.

21.3. **Tecnologia, Segurança e Desempenho (Art. 76, I):**

- O **Subsistema de Armazenamento de Dados** oferece níveis de **segurança (criptografia e resiliência)**, **desempenho (SLA's de IOPS e latência)** e recursos tecnológicos avançados (ex.: *tiering* automático e alta disponibilidade) que são:
- **Inatingíveis:** Pela infraestrutura atual.
- **Extremamente Onerosos de Replicar:** Em ambientes de Data Center próprios (*on-premise*) devido ao alto custo de capital (CAPEX) e obsolescência acelerada.

21.4. **Vedação de Excesso (Conformidade com a Demanda):**

- A contratação/aquisição está rigorosamente dimensionada para atender **apenas as necessidades reais e justificadas** pela área técnica (dimensionamento de *footprint*, capacidade e IOPS). A utilização de um modelo flexível como pagamento por entrega, elimina a compra de características ou capacidades superiores ao estritamente necessário, conforme exigido pela ressalva final do inciso I.

21.5. **Conclusão:**

- O **Subsistema de Armazenamento de Dados (Storage)** se enquadra na exceção prevista no Art. 76, I, do Decreto nº 44.330/2023 (ou o dispositivo legal aplicável), sendo uma contratação de **natureza essencial e não um bem de luxo**, crítica para a missão institucional.

22. **O TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP (AFASTAMENTO DE COTA)**

22.1. **Da Não Aplicação de Cota Reservada** Fica estabelecida a **não aplicação** da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), prevista no Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/06 e no Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011.

22.2. **Justificativa Técnica e Jurídica (Art. 49, II, LC 123/06)** A opção pelo afastamento do tratamento diferenciado fundamenta-se no **Art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006**, bem como no **Art. 10, inciso II, do Decreto Distrital nº 35.592/2014**, pelas razões a seguir expostas:

- **Indivisibilidade da Solução:** O objeto consiste em uma solução de armazenamento de dados (Storage) que opera como uma unidade lógica e física integrada. A divisão do fornecimento em cotas (ex: 75% e 25%) implicaria a coexistência de componentes (controladoras, gavetas e discos) de diferentes procedências ou contratos dentro de um mesmo chassi, o que compromete a estabilidade do sistema e a integridade dos dados custodiados por este Órgão.
- **Prejuízo ao Conjunto do Objeto:** A fragmentação do lote geraria o "conflito de responsabilidades" (*finger-pointing*). Em caso de falha crítica ou indisponibilidade, a existência de múltiplos fornecedores para uma mesma solução inviabilizaria a identificação célere da causa raiz, prejudicando o acionamento da garantia e o cumprimento do **SLA (Acordo de Nível de Serviço)**.
- **Padronização e Segurança:** Conforme o **Art. 25, § 2º da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve prezar pela padronização. A manutenção de uma solução de Storage exige suporte técnico *on-site* unificado e atualizações de *firmware* síncronas, requisitos que seriam tecnicamente inviáveis sob um regime de cotas reservadas.

22.3. **Do Limite de Faturamento (Art. 4º, § 1º, Lei 14.133/21)** Adicionalmente, registra-se que, caso o valor estimado para a contratação supere o limite de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (conforme o **Art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**), o tratamento diferenciado será automaticamente afastado, prevalecendo a ampla competitividade para garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a segurança da infraestrutura de TIC do Distrito Federal.

23. **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

23.1. Conforme estabelecido no Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/21, a repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

23.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme art. 24 da IN 01/2019 - SGD, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

23.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

24. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

24.1. O valor máximo estimado para esta contratação é de R\$ 106.391.682,48 (cento e seis milhões, trezentos e noventa e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos) conforme o Mapa comparativo de preços (201896927).

LOTE ÚNICO					
Item	Serviço	CATSER / CATMAT	Qtd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	4	R\$ 4.404.149,08	R\$ 17.616.596,32

2	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	451825 CATMAT	4	R\$ 3.645.032,16	R\$ 14.580.128,64
3	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	27383 CATSER	4	R\$ 224.294,40	R\$ 897.177,60
4	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	27383 CATSER	4	R\$ 99.085,33	R\$ 396.341,28
5	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	2	R\$ 22.159.735,78	R\$ 44.319.471,56
6	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	451825 CATMAT	4	R\$ 6.719.768,02	R\$ 26.879.072,08
7	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	27383 CATSER	2	R\$ 229.363,20	R\$ 458.726,40
8	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	27383 CATSER	4	R\$ 97.999,47	R\$ 391.997,88
9	Operação Assistida.	27383 CATSER	4	R\$ 55.176,00	R\$ 220.704,00
10	Treinamento.	440634 CATSER	4	R\$ 157.866,67	R\$ 631.466,72
				Valor Total:	R\$ 106.391.682,48

25. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

25.1. Estratégia de independência do DETRAN-DF.

25.1.1. A estratégia de independência do DETRAN-DF em relação à prestadora ocorrerá através da transferência de conhecimento tecnológico da propriedade intelectual, da seguinte forma:

25.1.1.1. Após a estruturação dos serviços, a prestadora deverá realizar reuniões de apresentação das ferramentas e processos definidos, tanto do ponto de vista de gestão, quanto do ponto de vista de tecnologia;

25.1.1.2. Durante toda a execução contratual, a prestadora deverá realizar reuniões de transferencial de conhecimento e prestar informações sempre que solicitado pela equipe do DETRAN-DF;

25.1.1.3. Ao final da vigência contratual, desde que não seja possível a renovação, a prestadora deverá apresentar plano de transição contratual e reuniões de transferência de conhecimento;

25.1.1.4. Todo os produtos e conhecimentos gerados pela execução contratual são de propriedade do DETRAN-DF e não poderão ser utilizados pela prestadora sem a prévia autorização do DETRAN-DF.

25.2. Descontinuidade do fornecimento dos serviços

25.2.1. Uma eventual interrupção contratual poderá ocorrer ou pelo vencimento do contrato ou por cancelamento/inexecução do mesmo antes do prazo de vencimento. Em cada uma das situações, as seguintes ações deverão ser tomadas:

25.2.1.1. Encerramento contratual por vencimento do prazo:

I- Renovação contratual se possível, dentro dos limites e procedimentos permitidos por lei;

II- Iniciar procedimento de contratação, caso não seja possível a renovação. Estes procedimentos devem ser iniciados em um prazo de até 60 (Sessenta) dias corridos antes do encerramento contratual. Após a contratação, caso seja empresa diferente da executora atual, realizar repasse dos procedimentos e conhecimento.

25.2.1.2. Encerramento contratual por cancelamento ou inexecução antes do vencimento do prazo:

I- Convocar a próxima colocada no processo licitatório;

II- Acionar a atual prestadora para executar os procedimentos de transição contratual.

25.2.2. A prestadora deverá, sempre que solicitado pelo DETRAN-DF e durante toda a vigência do contrato, realizar repasse de procedimentos de gestão e operação dos serviços executados;

25.2.3. Ao final da execução contratual, caso não seja possível a renovação por quaisquer motivos, a contratada deverá elaborar plano de transição contratual contendo ao menos as seguintes informações:

25.2.4. Procedimentos técnicos operacionais referente a solução implantada;

25.2.5. Acessos e senhas administrativas para uso da solução e seus módulos;

25.2.6. Endereços de instalação da solução e seus módulos;

25.2.7. Atualização da documentação de arquitetura da solução e de como estão integrados os módulos;

25.2.8. Procedimentos de gestão e operação dos serviços de integração;

25.2.9. Padrões utilizados;

25.2.10. Toda e qualquer documentação necessária à operação e continuidade da solução implantada e da execução dos serviços

25.2.10.1. Caberá ainda à prestadora, como obrigação contratual, realizar reuniões de repasse de conhecimento à equipe do DETRAN-DF ou outra indicada pelo DETRAN-DF.

25.3. Transição contratual e encerramento de contrato

25.3.1. As atividades de transição contratual devem incluir, no mínimo:

25.3.1.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação: No prazo de até 30 dias que antecede o encerramento contratual, desde que não seja viável a renovação, o prestador de serviços deverá entregar o plano de transição contratual, bem como todos os acessos administrativos à solução e documentação do projeto em suas versões finais.

25.3.1.2. Transferência final de conhecimentos: No prazo de até 30 dias que antecede o encerramento contratual, desde que não seja viável a renovação, o prestador de serviços deverá realizar reuniões de transferência de conhecimento para repasse à equipe do DETRAN-DF ou outra indicada pelo DETRAN-DF. Tais reuniões deverão ser orientadas pelo plano de transição contratual e focada na transferência de conhecimento da tecnologia e dos procedimentos operacionais e de gestão. Independente do encerramento contratual, a qualquer momento durante a vigência contratual, o DETRAN-DF poderá solicitar reuniões de repasse de conhecimento e a CONTRATADA deverá atender.

25.3.1.3. Devolução de recursos materiais: Não se aplica, uma vez que o DETRAN-DF não disponibilizará recursos materiais.

25.3.1.4. Revogação de perfis de acesso: Ao final do contrato, todos os perfis dos integrantes da equipe do prestador de serviços serão revogados do ambiente do DETRAN-DF.

25.3.1.5. Eliminação de caixas postais: Ao final do contrato, todas as caixas postais dos integrantes da equipe do prestador de serviços serão revogadas.

26. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

26.1. Natureza do Objeto

26.2. Quanto à natureza do serviço, em conformidade com o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, para fins de avaliação da aplicabilidade do Decreto nº 44.330/2023, o objeto pretendido enquadra-se como “BEM E/OU SERVIÇO COMUM” por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

26.2.1. De acordo com os entendimentos estabelecidos na Nota Técnica nº 02/2008 SEFTI/TCU, “*devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão*” [...] “*Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão*”.

26.3. Parcelamento do Objeto

26.3.1. Conforme Acórdão 861/2013-Plenário - É lícito os agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. Além disso, a solução de TI, objeto da contratação, possui um natural indivisibilidade, o que também inviabiliza a contratação de seus serviços por item de forma separada.

26.3.2. Segundo o acórdão 5260/2011 – TCU – 1ª câmara, de 06/07/2011, “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. A adjudicação global proposta nesse documento agrupa solução e serviços de uma mesma natureza, que guardam correlação entre si, seja por similaridade técnica ou de tecnologia, bem como de aplicabilidade em busca de uma única solução, sem causar qualquer prejuízo à ampla competitividade.

26.3.3. Ademais, a opção pela contratação conjunta, e não fracionada, dos serviços, não constitui qualquer afronta aos termos da Súmula 247 do TCU. Veja-se o que diz a Súmula:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

26.3.4. Tanto a disciplina legal, quanto a Súmula do TCU, indicam que a viabilidade técnica do fracionamento deve ser analisada para fins de determinar a possibilidade de licitações distintas (ou lotes distintos na mesma licitação) do objeto que se pretende adquirir.

26.3.5. Nesse sendo, em respeito à legislação vigente e na busca pela economicidade e viabilidade técnica, optou-se por garantir a integração dos serviços e licenças a partir da contratação de um único prestador para execução dessa contratação.

26.3.6. O DETRAN-DF entende que para manter a integração dos serviços contratados e para que o fornecedor dos serviços tenha conhecimento sobre toda a solução, a forma de contratação mais indicada é a composta por lote único atendendo o princípio de ampla concorrência.

26.4. Adjudicação do Objeto

26.4.1. Para efeito de julgamento dos preços no Pregão Eletrônico, o critério deverá ser do **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando para a formação da proposta da licitante a estimativa máxima da necessidade definida pelo DETRAN-DF, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o Menor Preço Global e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.

26.4.2. Quanto ao critério de julgamento pelo menor preço GLOBAL, justifica-se a adoção deste critério tendo em vista que os serviços contratados devem ser prestados em conjunto pela mesma contratada, facilitando o controle, monitoramento e gestão das Ordens de Serviços, assim como a padronização na verificação da qualidade dos produtos entregues, após a execução das atividades, bem como a uniformização e responsabilidade sobre os serviços de garantia.

26.5. Habilitação Técnica

26.5.1. **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

26.5.1.1. **A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

26.5.2. **Comprovação de aptidão para execução de serviço/fornecimento de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprovem o fornecimento de solução de armazenamento de dados com configurações similares aquelas previstas no Termo de Referência e seus anexos, totalizando no mínimo 2.700TiB (50% da capacidade de armazenamento a ser adquirida).**

26.5.2.1. **Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.**

26.5.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

26.5.2.3. O(s) atestado(s)/declaração(ões) solicitados deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

26.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

26.5.4. Para a comprovação do atendimento das especificações técnicas, a LICITANTE deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial, documento detalhando as informações, local, site, páginas, documento, etc, necessários para aferição e atendimento de todos os itens da especificação técnica, ou seja, deverá apresentar uma espécie de índice ou planilha ponto-a-ponto, indicando o item, o documento que atende a especificação (nome do mesmo), o local onde está disponibilizado o documento (URL, Site, ou outro disponibilizado de forma digital), a página, e o texto que comprova o atendimento ao item.

26.5.5. Declaração emitida pelo fabricante, especifica para este certame, de que a LICITANTE é uma parceira autorizada, demonstrando, desta forma, estar habilitada comercializar o objeto deste Termo de Referência e prestar serviços de instalação e suporte técnico.

27. DA INCLUSÃO DE NOVOS ITENS POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES (ART. 193, DECRETO 44.330/23)

27.1. Embora o art. 193 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 admita, em tese, a inclusão de novos itens para atendimento de demandas específicas dos órgãos participantes, não se autoriza, neste certame, que órgãos ou entidades participantes solicitem a inclusão de novos itens na ata de registro de preços.

27.2. A presente licitação foi planejada com base em estudo técnico detalhado e em demandas previamente consolidadas, contemplando solução integrada de armazenamento corporativo com alto grau de complexidade técnica e forte interdependência entre hardware, softwares, serviços de implantação, operação assistida e treinamento. A inclusão posterior de novos itens por iniciativa de participantes poderia: (i) desnaturar o escopo originalmente modelado; (ii) comprometer a padronização tecnológica e a governança da solução; (iii) dificultar o gerenciamento da ata pelo órgão gerenciador; e (iv) aumentar o risco de direcionamento ou de perda de economicidade, em afronta ao planejamento realizado.

27.3. Dessa forma, a limitação reforça o papel central do órgão gerenciador na condução do Sistema de Registro de Preços, assegurando aderência estrita ao escopo planejado, maior segurança jurídica e melhor controle dos riscos associados à contratação.

28. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ART. 15, V, IN 94/2022)

28.1. Em observância ao disposto no Art. 15, inciso V, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, informa-se que será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos e entidades não participantes ("caronas").

28.2. A solução de armazenamento em disco objeto desta licitação possui características de elevada complexidade técnica, forte componente de economia de escala e arquitetura modular e escalável, o que permite que o aumento do volume contratado (quantitativos registrados em ata) reduza o custo unitário dos equipamentos e serviços ofertados, em benefício direto do órgão gerenciador e dos eventuais órgãos aderentes.

28.3. O ambiente de Tecnologia da Informação do DETRAN-DF é similar, em termos de criticidade, requisitos de continuidade de serviços, volume de dados sensíveis e necessidade de respaldo normativo de segurança da informação, ao de diversos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e de outros entes, que igualmente demandam soluções de storage corporativo de alta performance, backup, replicação e segurança. Assim, a ata resultante deste certame tende a refletir preços e especificações tecnicamente adequados para um conjunto mais amplo de órgãos, evitando a pulverização de licitações com objetos idênticos ou muito semelhantes.

28.4. Ao admitir, de forma expressa, a adesão por órgãos não participantes, condicionada à comprovação, em cada caso concreto, da compatibilidade do objeto com as necessidades específicas do órgão aderente, da existência de saldo quantitativo e da vantajosidade do preço registrado em relação ao mercado à época da adesão, o DETRAN-DF atende ao comando do TCU no sentido de que a "carona tardia" somente é legítima quando houver motivação técnica individualizada que ratifique: (i) a adequação do objeto às necessidades do aderente e (ii) a vantagem econômica da adesão em comparação a nova licitação.

28.5. Do ponto de vista do DETRAN-DF, a autorização prévia para adesões também se mostra vantajosa porque: (i) dilui, entre múltiplos usuários, os custos indiretos de planejamento, especificação e realização do certame; (ii) reforça o poder de barganha institucional perante o fornecedor, favorecendo negociações futuras e o cumprimento de níveis de serviço; e (iii) contribui para a padronização tecnológica de soluções de armazenamento em âmbito governamental, o que simplifica integrações, compartilhamento de dados e ações conjuntas de segurança da informação.

28.6. Ressalte-se, ainda, que a utilização da ata por órgãos não participantes não comprometerá o atendimento das necessidades originalmente dimensionadas para o DETRAN-DF, uma vez que os quantitativos foram definidos com base em sua demanda própria e a autorização de adesões ficará condicionada à preservação do saldo necessário ao órgão gerenciador, em observância aos limites legais e regulamentares aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

28.7. Diante desses elementos, conclui-se que a previsão editalícia que permite a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes revela-se tecnicamente adequada, alinhada ao interesse público e potencialmente vantajosa para a Autarquia, atendendo às exigências de motivação e de demonstração de economicidade apontadas pelo Tribunal de Contas da União para a admissibilidade de adesões tardias ("caronas") à ata de registro de preços.

28.8. A solicitação de apresentação de atestados de capacidade técnica com volumetria de 50% do volume a ser adquirido, ou seja, o máximo permitido pela legislação e pelos órgãos de controle, se deve à elevada complexidade técnica e o porte da solução de armazenamento corporativo a ser contratada. Assim, mostra-se indispensável exigir dos licitantes a comprovação de experiência prévia em projetos de dimensão similar, mediante apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional. Tal parâmetro visa assegurar que o fornecedor já atuou em projetos com volumetria relevante e desafios técnicos comparáveis, sem restringir indevidamente a competitividade.

29. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro vencedor e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem prestar os serviços pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

29.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133/21.

29.3. Nos termos do PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, e visando resguardar o DETRAN-DF de eventuais flutuações na demanda (considerando que o planejamento da contratação tem em vista o consumo anual e a vigência da ARP pode se estender por dois anos), se faz necessária a previsão expressa no edital e na ata de registro de preços para que seja

possível a prorrogação da ata de registro de preços e a respectiva renovação dos quantitativos.

29.4. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos que não se manifestaram na Intenção de Registro de Preços e, conseqüentemente, não participes do certame licitatório.

29.5. O CONTRATANTE convocará formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços nas condições previstas neste Projeto Básico.

29.6. No caso do fornecedor vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Projeto Básico, o CONTRATANTE registrará os demais licitantes na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

29.7. O CONTRATANTE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, o prestador de serviços para a qual será formulada consulta, visando a adesão.

29.8. A justificativa para adoção do registro de preço consignado em ata é pela natureza do objeto, e novo formato de metrificação dos serviços, não ser possível definir previamente e completamente o quantitativo a ser demandado pela Administração durante o período de vigência da ata. Neste caso, devido à complexidade e especificidade dos serviços elencados neste Projeto Básico, não é possível definir completamente e exaustivamente a quantidade de serviços que necessitam ser contratadas para atender as demandas futuras do órgão.

29.9. O Decreto 3.931, de 16 de setembro de 2001, que disciplina o Sistema de Registro de Preços, define as hipóteses especiais, porém não taxativas, sobre a admissão do Registro de Preços pela Administração Pública, senão vejamos:

29.10. *27.8 Decreto n. 3.931 de 19 de setembro de 2001 - Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:*

29.11. *I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

29.12. *II - quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;*

29.13. *III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo e*

29.14. *IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

29.15. *"Parágrafo único". "Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida à legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica."* (grifou-se).

29.16. Acredita-se, portanto, que a realização do Registro de Preços é oportuna para a contratação dos serviços uma vez que o certame operacionalizado em vias de Adesão ao Sistema de Registro de Preços corrobora com as expectativas de implantação de um projeto com estimativa necessária para atender as demandas do DETRAN-DF, soma-se a este fato, a questão de possibilitar a execução de forma fracionada e por etapas de forma parcial;

30. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

30.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

30.2. A prorrogação acima referida poderá ser realizada a cada 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

30.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133/21.

31. CONFORMIDADE COM O ART. 269-A DO DECRETO Nº 44.330/2023

31.1. Considerando que o objeto desta contratação se enquadra como aquisição de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, e em observância ao art. 269-A do Decreto Distrital nº 44.330/2023, a área demandante atesta, nos presentes autos, o cumprimento das exigências estabelecidas naquela Instrução Normativa quanto ao planejamento, à definição dos requisitos de negócio e tecnológicos, à análise comparativa de soluções e à estimativa detalhada de quantitativos e custos da solução de TIC pretendida.

32. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (ART. 5º E 11, LEI 14.133/21)

32.1. Em atendimento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes da Lei Distrital nº 4.770/2012, a presente contratação adotará critérios mínimos de sustentabilidade compatíveis com o mercado de soluções de armazenamento corporativo, sem prejuízo da competitividade do certame. Nesse sentido, serão exigidas, no mínimo:

32.1.1. (I) a apresentação, pelo fabricante, de informações técnicas sobre o consumo típico de energia dos equipamentos ofertados, de modo a possibilitar a avaliação de eficiência energética;

32.1.2. (II) a obrigação contratual de que embalagens, componentes substituídos e mídias defeituosas sejam objeto de logística reversa ou destinação ambientalmente adequada, às expensas da contratada; e

32.1.3. (III) a priorização de documentação técnica em meio digital, reduzindo o uso de papel.

33. DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010

33.1. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

33.1.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

33.1.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

33.1.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

33.1.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

33.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 1.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

33.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 1.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 1.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 1.1.3 caso esse direito não seja exercido.

33.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

34. REGRAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (ART. 82, LEI 14.133/21 E ART. 197, DEC. 44.330/23)

34.1. Embora seja mencionada a necessidade de “inserir as exigências” do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 197 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, tais dispositivos não impõem que todas as hipóteses ali previstas sejam obrigatoriamente utilizadas; eles apenas exigem que, quando o edital adotar esses mecanismos, o faça de forma expressa e fundamentada.

34.2. No caso concreto, o Termo de Referência do SRP em elaboração: (i) já indica, de forma clara, as quantidades estimadas a serem registradas e a unidade de medida dos itens; (ii) não pretende trabalhar com quantidade mínima a ser cotada diversa da demanda estimada, justamente para preservar a economia de escala e simplificar a gestão da ata; (iii) não prevê a adoção de preços diferenciados por local de entrega, forma de acondicionamento ou tamanho de lote, porque o objeto é tecnicamente padronizado e será entregue em condições homogêneas, inexistindo variações logísticas relevantes que justifiquem essa distinção; (iv) não autorizará que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, em razão da necessidade de garantir capacidade de fornecimento integral do objeto e de evitar fracionamento excessivo entre fornecedores.

34.3. Nessas circunstâncias, entende-se que não há falar em omissão do edital quanto às hipóteses do art. 82 e do art. 197, mas apenas em não utilização, por opção técnica devidamente motivada, de mecanismos que são facultativos e que, no caso concreto, poderiam aumentar a complexidade operacional do SRP sem ganho proporcional de economicidade ou competitividade.

35. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

35.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

36. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

36.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

36.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

36.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

36.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

36.5. Preposto

36.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

36.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

36.6. Reunião Inicial

36.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

36.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

36.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

36.6.4. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

36.6.5. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência; esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

36.6.6. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

36.6.7. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

36.7. Fiscalização

36.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

37. MODELO DE OPERAÇÃO DO CONTRATO

37.1. A Contratada deverá nomear, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, um Gerente de Projeto que, como apoio técnico de analistas do DETRAN-DF, será o responsável direto pelo atendimento, coordenando e orientando todo o processo de planejamento, execução dos serviços e conclusão do projeto de implantação, respeitando os prazos estabelecidos.

37.2. Toda e qualquer reunião efetuada entre a Contratada e o DETRAN-DF sobre a prestação dos serviços contratados, deverá:

37.3. Ser agendada preferencialmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

37.4. Ser nas dependências do DETRAN-DF;

37.5. Ser objeto de ata, devendo constar os assuntos da pauta, os nomes dos profissionais presentes, data e horários de início e término.

37.6. A elaboração da ata será de competência da Contratada, que terá 2 (dois) dias úteis para enviá-la ao Gestor/Fiscal do Contrato no DETRAN-DF, que terá o mesmo período para anuir ou solicitar modificações.

37.7. A disponibilização definitiva da ata se dará em no máximo 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da reunião que der origem.

37.8. Durante a execução dos trabalhos, o Gerente de Projeto será responsável pela elaboração e entrega semanal de um “Relatório de Situação”, onde serão descritas todas as atividades executadas na semana, além de serem destacadas as pendências do projeto, chamados abertos de

suporte técnico e a programação de atividades para a semana seguinte. Estes relatórios farão parte da “Documentação do Projeto”.

37.9. A contar da 1ª reunião do projeto, a cada 30 (trinta) dias deverão ser executadas reuniões de “Ponto de Controle” entre as equipes técnicas envolvidas nos trabalhos, onde o Gerente de Projeto estará participando os responsáveis do DETRAN-DF sobre o andamento do projeto e apresentando os documentos pertinentes.

37.10. Logo após a assinatura do instrumento contratual e nomeação do Gerente de Projeto, a Contratada deverá iniciar as atividades relacionadas ao planejamento dos trabalhos e desenho detalhado do projeto visando a entrega da solução, conforme as etapas abaixo descritas:

37.11. Etapa 1: Planejamento inicial: Esta etapa consiste no planejamento, em conjunto com a equipe do DETRAN-DF, de todo o escopo do projeto. A conclusão desta etapa dar-se-á com a entrega do Plano de Projeto em até 20 dias úteis e contemplará, no mínimo, os seguintes elementos:

37.12. Estrutura organizacional do projeto;

37.13. Cronograma de execução detalhado com as atividades, subatividades, os recursos necessários e os prazos em cada uma das fases, contemplando todas as ações previstas para o fornecimento da solução e implantação do ambiente produção, datas de entrega de documentação, datas de reuniões de ponto de controle, e quaisquer outros eventos que se julgar relevantes e necessários;

37.14. Plano de Gerenciamento das Comunicações, englobando os processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas de maneira oportuna e apropriada. O plano de gerenciamento das comunicações descreverá de forma clara como as comunicações do projeto serão planejadas, estruturadas, monitoradas e controladas, e guiará a equipe em relação a todo o ciclo devida das informações usadas no projeto (da sua geração e coleta até o seu armazenamento e possível descarte).

37.15. Neste plano será definido quais informações serão compartilhadas, quem irá recebê-las, através de que meio serão compartilhadas, e com que frequência.

37.16. Eventos que devem constar no plano de comunicações:

37.17. Levantamentos e planejamentos iniciais;

37.18. O prazo máximo para a conclusão desta etapa será de 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual.

38. DO VALOR ANUAL

38.1. O pagamento será único para o lote, após a emissão do Documento de recebimento definitivo

38.2. Planejamento do Projeto

38.2.1. Tem por objetivo formalizar o projeto, e instituir oficialmente o Gerente de Projeto. As partes interessadas são identificadas, assim como os Riscos, Restrições, Premissas e Custos de alto nível são mapeados e consolidados no painel de projeto, e envolve as seguintes atividades:

38.2.2. Designação do Gerente do Projeto: responsabilização pela condução e gestão da equipe e escopo a ser detalhado e executado;

38.2.3. Preenchimento do Painel de projeto: visa registrar o projeto formalmente e autorizar o seu início. Prioritariamente, essa proposta deve ser elaborada em conjunto com as equipes da (as) área (s) envolvida (as) no projeto com o apoio metodológico. Essa atividade é desenvolvida preferencialmente pelo Gerente de Projeto, no entanto o papel de proponente pode ser assumido tanto pelo Escritório de Projetos do DETRAN-DF, Equipe de Projeto, Patrocinador ou qualquer outra parte interessada responsável por essa atividade;

38.2.4. Avaliação do Painel de projeto: a proposta deve ser avaliada pelo Patrocinador e, quando houver necessidade, devolvida para ajustes. Nesse momento o Patrocinador também avaliará a viabilidade do painel de projeto, se está em consonância com os Objetivos Estratégicos;

38.2.5. Reunião para o Início do Projeto: conduzida pelo Gerente de Projeto, destacando os preparativos para a etapa de planejamento e mobilizando a equipe para essas atividades:

38.2.6. Apresentação da empresa prestadora de serviços;

38.2.7. Apresentação dos interlocutores e responsabilidades;

38.2.8. Esclarecimentos sobre o objetivo maior e secundários dos serviços a serem prestados e os principais termos contratuais estabelecidos;

38.2.9. Apresentação das necessidades de informação e insumos de trabalho;

38.2.10. Apresentação por parte do prestador de serviços do Plano de Implantação sugerido;

38.2.11. Retificação/Ratificação do Plano de Implantação sugerido.

38.2.12. Esta etapa deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

38.3. Plano de Gerenciamento de Projeto

38.3.1. Tem por objetivo promover o detalhamento das informações preliminares levantadas no TR. Tem como objetivo avançar com novas informações sobre todo o trabalho (escopo) a ser executado para a entrega do produto e serviços previstos em contrato.

38.3.2. Neste momento toda a Execução do projeto será planejada, dando origem ao Plano de Gerenciamento do Projeto, que deverá nortear a execução quanto as áreas de conhecimento do gerenciamento do projeto, a saber: escopo, tempo, ordens de serviço iniciais, qualidade, recursos humanos, comunicações, partes interessadas, riscos e integração, compreendendo as seguintes atividades:

38.3.3. Elaborar/Atualizar o Plano de Gerenciamento de Projeto: neste momento, deve ser formada e instituída a Equipe de Projeto.

38.3.4. Revisar metodologicamente o Plano de Gerenciamento de Projeto: o Gerente de Projeto deverá submeter o Plano de Gerenciamento de Projeto ao Escritório de Projetos (caso haja) ou ao Patrocinador, que por sua vez, revisará o documento observando as melhores práticas em gerenciamento de projetos. Se houver necessidade de ajustes, o Escritório de Projetos ou o Patrocinador encaminhará o Plano de Gerenciamento de Projeto ao Gerente de Projetos do prestador de serviços para alteração.

38.3.5. Divulgar o Plano de Gerenciamento de Projeto: o Gerente de Projeto deverá publicar e comunicar internamente às equipes e executivos do DETRAN-DF o Plano de Gerenciamento de Projeto.

38.3.6. Encerramento eventual: Esta atividade pode ser acionada a qualquer momento no processo, direcionando o projeto para seu Encerramento. Definições internas ou externas servem como exemplos de acionamento desta atividade.

38.3.7. Execução: com o Plano de Gerenciamento de Projeto aprovado, o projeto passa a ser executado;

38.3.8. Esta etapa deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis após a etapa de Planejamento do Projeto, descrita neste termo de referência.

38.4. Fases Contratuais Previstas

38.4.1. *Implantação*

38.4.1.1. O prestador de serviços terá até 30 dias para alocação dos recursos demandados para execução das OSs autorizadas e emitidas a partir do Plano de Gerenciamento de Projeto aprovado e iniciar as atividades para cada linha de serviço constante nestas demandas;

38.4.1.2. Para ajustes naturais ao início da operação do serviço não impactem na avaliação do desempenho do prestador de serviços, a mesma terá um período de 60 (sessenta) dias após a emissão da primeira OS do Contrato, período no qual os indicadores poderão ser flexibilizados e ajustados, desde que sejam aceitas pelo DETRAN-DF, as justificativas apresentadas;

38.4.1.3. A partir do 61º. dia a partir da emissão da primeira OS do contrato a ser estabelecido, passarão a vigorar os níveis de serviço ajustados e acordados entre DETRAN-DF e prestador de serviços tendo como referências os índices sugeridos por este Termo de Referência.

38.5. Operação Continuada

38.5.1. A contar do 61º. dia a partir da assinatura do contrato até 320º. dia passam a vigorar todos os índices de nível de serviço requeridos.

38.6. Transição Contratual

38.6.1. A Transição Contratual, entendida como o processo de transferência dos conhecimentos e competências necessárias para prover a continuidade dos serviços contratados ou executados, terá início 45 (quarenta e cinco) dias antes do prazo previsto para a extinção do Contrato;

38.6.2. Até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para a extinção do Contrato, o prestador de serviços deverá entregar o DETRAN-DF documento detalhado contendo o Plano de Transição Contratual, com todas as atividades e projetos necessários para esta fase, devendo conter, no mínimo:

38.6.3. Identificação do ambiente de trabalho em que atua a equipe de transição, seus papéis, responsabilidades, nível de conhecimento e qualificações;

38.6.4. Cronograma detalhado do Plano de Transição, identificando: as tarefas, os processos, os recursos, marcos de referência, o início, o período de duração e a data prevista para término;

38.6.5. Estruturas e atividades de gerenciamento da transição, as regras propostas de relacionamento do prestador de serviços com o DETRAN-DF e com a futura prestadora de serviços; e

38.6.6. Plano próprio de gerenciamento de riscos, de contingência, de mitigação e de acompanhamento, todos relativos ao processo de transição.

38.6.7. A falta de transferência de conhecimento caracterizará infração contratual, sujeitando o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação vigente, no contrato e neste instrumento;

38.6.8. O prestador de serviços deverá participar de todas as reuniões marcadas pelo DETRAN-DF relacionadas à transição contratual, assim como deverá atender todas as solicitações referentes à execução contratual, tanto no que se refere à parte documental, como no tocante às demais informações julgadas necessárias;

38.6.9. O prestador de serviços será responsável pela transição inicial e final dos serviços, absorvendo as atividades de forma a documentá-las minuciosamente para que os repasses de informações, conhecimentos e procedimentos, ao final do contrato, aconteçam de forma precisa e responsável;

38.6.10. O prestador de serviços compromete-se a fornecer para o DETRAN-DF toda a documentação relativa à comprovação da prestação dos Serviços que esteja em sua posse;

38.6.11. Ao final do contrato ou em caso de rescisão, o prestador de serviços deverá:

38.6.12. Dar plena capacidade o DETRAN-DF para executar os serviços;

38.6.13. Devolver equipamentos e bens de propriedade do DETRAN-DF, incluindo, mas não limitado, aos listados nas cláusulas do contrato e os bens intangíveis, como software, descrição de processos e rotinas de diagnóstico;

38.6.14. Devolver documentação de processos, procedimentos, scripts desenvolvidos com ou para o DETRAN-DF durante a prestação dos serviços;

38.6.15. Encaminhar todo conteúdo de dados dos projetos e serviços armazenados nas ferramentas de suporte utilizadas no decorrer do exercício contratual com respectivas informações de formato e conteúdo;

38.6.16. Participar, em conjunto com o DETRAN-DF, sob sua solicitação, da elaboração do Plano de Transferência do Conhecimento;

38.6.17. Enviar o DETRAN-DF relação de seus profissionais para que sejam revogados seus perfis de acesso, assim como a eliminação de outros recursos fornecidos pelo DETRAN-DF.

39. DEMANDAS E ORDENS DE SERVIÇOS

39.1. Cada ordem de serviço contratado contempla um conjunto de Produtos (entregáveis) que serão parte integrante dos itens de avaliação dos serviços executados e resultados alcançados;

39.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos pelo DETRAN-DF, formalizados por meio de Ordens de Serviço, limitados ao quantitativo máximo contratado, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e seus Anexos;

39.3. Todo e qualquer serviço somente será executado mediante abertura prévia de Ordem de Serviço – OS emitida pelo Gestor do contrato utilizando a ferramenta disponibilizada para este fim ou formalizada no SEI (Sistema Eletrônico de Informações do GDF);

39.4. O controle das Ordens de Serviço, dos prazos, do consumo e dos produtos entregues será feito pelo Gestor do contrato utilizando o instrumento citado no item anterior;

39.5. As Ordens de Serviço serão definidas e contemplarão as etapas, os prazos, o detalhamento dos serviços, as atividades previstas, os produtos a serem entregues, o esforço estimado para cada linha de serviço prevista como necessária à consecução do produto final, bem como demais informações técnicas necessárias para a execução dos serviços por parte do prestador de serviços;

39.6. Depois de aprovadas as demandas, o Gestor do Contrato, após validação da Equipe de Metrificação e Aprovação encaminhará a Ordem de Serviço para o prestador de serviços, bem como as informações necessárias para análise da demanda;

39.7. Cada demanda deverá ser executada atendendo às suas especificações, de acordo com a arquitetura, aspectos metodológicos, estrutura, padrões, melhores práticas, entre outros constantes deste e TR;

39.8. Qualquer alteração nas definições descritas na OS deverá gerar uma nova Ordem de Serviço complementar, fazendo referência à anterior que originou os serviços;

39.9. O prestador de serviços deverá entregar os produtos demandados de acordo com os respectivos cronogramas e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste Termo de Referência;

39.10. Toda OS deverá ser gerenciada pelo Gerente de Projeto indicado pelo prestador de serviços, que deverá atender aos requisitos de qualificação estabelecidos neste Termo de Referência;

39.11. Havendo incidentes que prejudiquem ou impossibilitem o andamento da OS, estes devem ser informados imediatamente ao gestor do contrato;

39.12. Uma Ordem de Serviço poderá ser suspensa por decisão do usuário gestor, do gestor do contrato ou de um dos fiscais técnicos do contrato. Nesse momento, os prazos serão suspensos. Ao ser retomada a OS, novo planejamento será necessário, o que acarretará novo prazo de entrega;

39.13. Em caso de cancelamento de uma OS, deverá ser apurado o serviço já realizado e discutido com o gestor do contrato como o serviço poderá ser faturado.

40. FORMALIZAÇÃO DAS ENTREGAS

40.1. Em até 2 (dois) dias úteis após as apresentações dos produtos pertinentes aos Itens de serviço 1 e 2, o DETRAN-DF entregará o Aceite Provisório para as OS de demandas abertas. O DETRAN-DF terá até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Aceite Provisório para homologar as entregas. No caso de ultrapassar 10 (dez) dias úteis, da emissão do termo de aceite provisório (formalização das entregas), os produtos serão considerados aceitos em definitivo, iniciando a contagem dos prazos de garantia, sendo autorizado, a partir desta data, os procedimentos de faturamento dos serviços e OSs;

40.2. Para identificar a conformidade dos serviços entregues pelo prestador de serviços, o recebimento será classificado, pelo DETRAN-DF, considerando os seguintes critérios:

40.3. Aceito: quando a solução entregue for recebida integralmente pelo DETRAN-DF, não cabendo nenhum ajuste;

40.4. Aceito Parcialmente: quando os serviços entregues forem recebidos integralmente pelo DETRAN-DF, mas há necessidade de pequenos ajustes no código e/ou artefatos entregues, obedecendo os prazos definidos em OS da demanda para a solução dos defeitos;

40.5. Rejeitado: quando os serviços entregues (ou parte deles) não forem aceitos pelo DETRAN-DF, sujeitando-se o prestador de serviços obrigando-se a refazer os serviços rejeitados ou a parte recusada deles sem custo adicional, obedecendo os prazos definidos em OS da demanda para a solução dos defeitos. A solução dos defeitos reportados não poderá atrasar o início de novos ciclos de construção de soluções constantes no backlog do projeto.

40.6. No caso de entregas em desconformidade com o especificado, a decisão a respeito do enquadramento em Aceitação Parcial ou Rejeição é prerrogativa da equipe de Equipe de Metrificação e Aprovações.

40.7. Independentemente da aceitação, o prestador de serviços garantirá a qualidade dos produtos entregues pelo prazo de Garantia estabelecido neste TR, obrigando-se a reparar aquilo que apresentar defeito nesse prazo;

40.8. Todos os produtos entregues deverão ser garantidos pelo prestador de serviços pelo prazo de 60 dias.

41. MODELO DE FATURAMENTO

41.1. Para efeito de facilitação da gestão por parte do Gestor do contrato, os pagamentos serão realizados após a entrega dos serviços envolvidos nas Ordens de Serviço, em data acordada entre as partes. O pagamento do mês corrente será realizado referente a todos os serviços cujo Termo de Aceite Definitivo foi emitido no mês anterior;

41.1.1. O montante do pagamento referente ao lote, se dará pela contagem por meio da unidade de medida atrelada a cada um dos Itens cujos serviços foram realizados no período considerado;

42. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

42.1. Durante a vigência do contrato de fornecimento com prestação de garantia de funcionamento, os serviços técnicos serão acompanhados e fiscalizados por servidores de carreira, lotados no DETRAN-DF, designados com essa finalidade, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a essa atribuição.

42.2. O representante do DETRAN-DF anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

42.3. A Contratada deverá manter preposto para representá-la durante a execução dos serviços ora tratados, desde que aceito pelo DETRAN-DF.

42.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

42.5. O Gestor do Contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como as situações que exijam alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração do termo aditivo.

43. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-DF

43.1. Designar comissão de servidores, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados.

43.2. Estabelecer normas e procedimentos de acesso dos empregados da CONTRATADA às suas instalações para a execução de serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos.

43.3. Informar à empresa CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos.

43.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido.

43.5. Responsabilizar-se pelos pagamentos do objeto adquirido e pelos serviços prestados pela CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidos no contrato.

43.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA.

43.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto adquirido e os serviços prestados em desacordo com o contrato.

43.8. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde serão executados os serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;

43.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação à execução dos serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos;

43.10. Disponibilizar o local e os meios materiais necessários para execução dos serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos;

- 43.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, a vista da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, devendo estar de acordo com o Termo de Recebimento Definitivo previamente emitido e aprovado;
- 43.12. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA desempenhe a entrega do objeto contratado e seus serviços dentro das normas/regras contratuais;
- 43.13. Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades executadas pelos técnicos da CONTRATADA;
- 43.14. Definir mecanismos de gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, assim como avaliar a execução das atividades em andamento a serem desenvolvidas relativas aos serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos;
- 43.15. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor e/ou comissão especialmente designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.
- 43.16. Informar a CONTRATADA a eventual alteração de endereço para prestação dos serviços de garantia e suporte técnico.

44. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 44.1. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, de acordo com Lei 14.133/2021, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação.
- 44.2. É facultada a supressão além dos limites acima estabelecidos mediante acordo entre as partes.
- 44.3. Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços para os quais se obrigou.
- 44.4. Manter os seus empregados e prepostos identificados por crachá.
- 44.5. Comunicar ao Órgão qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 44.6. Disponibilizar e manter, a partir da assinatura do contrato, um Preposto responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao DETRAN-DF, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 44.7. Reconhecer os meios escritos de comunicação como cartas, ofícios, relatórios, atas de reunião, formulários e modelos aceitos pelas partes, e as comunicações efetuadas por e-mail corporativo das partes.
- 44.8. Nos casos excepcionais em que a CONTRATADA não consiga executar o(s) Chamado(s) e/ou Ordem(s) de Serviço(s) conforme as condições demandadas, seja por motivos de dependência de outra ação do próprio Órgão ou por motivos de força maior, deverá a CONTRATADA comunicar ao Fiscal do Contrato e/ou Gestor do Contrato por escrito e com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, justificando os fatos e motivos que impedirão o atendimento da demanda. O Fiscal e/ou Gestor deverá analisar o documento e emitir parecer com a aceitação ou não da justificativa ou até mesmo com a proposta de solução do impedimento.
- 44.9. Manter consistentes e atualizados todos os artefatos produzidos e/ou alterados durante a execução do Contrato;
- 44.10. Garantir que todas as entregas efetuadas estejam compatíveis e totalmente aderentes aos produtos utilizados pelo Órgão.
- 44.11. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e necessárias para que todos os serviços sejam realizados com utilização eficiente dos recursos disponíveis;
- 44.12. Prestar os serviços no local e horário definido pelo Órgão, com profissionais adequadamente capacitados, ou seja, com o conhecimento e experiência compatíveis com os serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos;
- 44.13. Orientar seus profissionais no sentido de Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações;
- 44.14. Cumprir as normas de segurança, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares e legais cabíveis;
- 44.15. Manter o caráter sigiloso da senha de acesso aos recursos e sistemas do Órgão;
- 44.16. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais com outros que não tenham a devida autorização de acesso previamente formalizada pelo Órgão;
- 44.17. Responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados das unidades do Órgão, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados através do seu código de identificação ou outro atributo para esse fim utilizado;
- 44.18. Respeitar a proibição de não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material, em violação da lei de direitos autorais (copyright).
- 44.19. Acatar as orientações do Órgão, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 44.20. Substituir, no prazo máximo de 30 dias, o profissional que seja considerado inapto para os serviços, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares do Órgão;
- 44.21. A CONTRATADA deve disponibilizar caso solicitado pelo DETRAN-DF todo o material permanente, necessário aos seus empregados, para a realização dos serviços (computadores, notebook) exceto mobiliário, energia e conectividade;
- 44.22. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- 44.23. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Órgão;
- 44.24. Acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das dependências do Órgão;
- 44.25. Reportar ao responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, quaisquer anormalidades, erros e irregularidades que impeçam o desenvolvimento dos serviços contratados;
- 44.26. Manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares do Órgão, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;
- 44.27. Manter os seus profissionais convenientemente trajados e identificados por crachás em local visível, onde esteja claramente indicado estarem a serviço do Órgão;
- 44.28. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão;
- 44.29. Indenizar os prejuízos e reparar os danos causados ao Órgão e a terceiros por seus profissionais na execução do presente Contrato;

- 44.30. Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando ao Órgão os esclarecimentos julgados necessários;
- 44.31. Elaborar os relatórios de acompanhamento de execução e finais de conclusão de serviços de montagem, instalação e configuração dos equipamentos;
- 44.32. A CONTRATADA deverá submeter-se à Política de Segurança da Informação e Comunicações do Órgão e abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades desempenhadas, sem prévia autorização desta Autarquia. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao órgão ou a terceiros advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;
- 44.33. As informações levantadas pela CONTRATADA nos processos de Segurança da Informação e Comunicações deverão ser atualizadas na ferramenta de Gerenciamento de Riscos, atualmente em uso pelo Órgão;
- 44.34. Não será aceito o consórcio de empresas para prestação dos serviços.

45. CRONOGRAMA DE EVENTOS

- 45.1. A CONTRATADA deverá observar para o início da prestação dos serviços e execução contratual o **CRONOGRAMA** de eventos abaixo, onde serão repassadas informações, objetivos e prazos para cada etapa da execução dos serviços:

Etapa	Descrição	Prazo Máximo	Marco Temporal	Responsáveis
1.	Reunião de Alinhamento de Expectativas	10 dias corridos da Assinatura do contrato	Ata de reunião de KICK-OFF	CONTRATANTE/CONTRATADA
2.	Entrega da Garantia Contratual	30 dias corridos da Assinatura do contrato	Documentos de garantia contratual conforme legislação	CONTRATADA
3.	Entrega do Plano de Implantação da solução	30 dias corridos da Assinatura do contrato	Plano de Implantação	CONTRATADA
4.	Termo de Recebimento Provisório do Plano de Implantação	5 dias úteis após entrega da Etapa 03	Entrega do Termo de Recebimento Provisório do Plano de Implantação	CONTRATANTE
5.	Termo de Recebimento Definitivo do Plano de Implantação	5 dias úteis após entrega da Etapa 04	Termo de Recebimento Provisório do Plano de Implantação da Solução	CONTRATANTE
6.	Implantação, incluindo: instalação, configuração, migração e integração da solução com suas funcionalidades padrões conforme plano de implantação	60 dias corridos após assinatura da Etapa 05	Solução de Armazenamento de Dados Implantada e funcional conforme definições do plano de implantação.	CONTRATADA
7.	Termo de Recebimento Provisório da Implantação	5 dias úteis após entrega da Etapa 06	Entrega do Termo de Recebimento Provisório da Implantação	CONTRATANTE
8.	Termo de Recebimento Definitivo da Implantação	5 dias úteis após a Etapa 07	Entrega do Termo de Recebimento Definitivo da Implantação	CONTRATANTE
9.	Ordens de Serviço	Vigência contratual	Conforme acordo da OS.	CONTRATANTE/CONTRATADA
10.	Execução da OS	Conforme acordado e definido na OS	Entrega de Solução, suporte, treinamento ou qualquer serviço definido em OS.	CONTRATADA
11.	Termo de Recebimento Provisório das OSs	5 dias úteis após data de entrega das OSs	Entrega de Termo de Recebimento Provisório das OSs	CONTRATANTE
12.	Termo de Recebimento Definitivo das OSs	5 dias úteis após entrega da Etapa 11	Entrega de Termo de Recebimento Definitivo das OSs	CONTRATANTE

46. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 46.1. Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos e especificações técnicas, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002.
- 46.2. Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas pela CONTRATADA sem expressa autorização do DETRAN-DF de acordo com os termos constantes do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e do Termo de Ciência, a ser firmado entre a CONTRATADA e seus empregados, disponibilizada cópia ao DETRAN-DF.
- 46.3. Os profissionais da CONTRATADA que atuarão nos serviços previstos receberão acesso privativo e individualizado sobre as tarefas que lhe são confiadas, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, na esfera cível e criminal, pelos atos e fatos que venham a ocorrer, em decorrência deste ilícito.
- 46.4. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços.
- 46.5. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, ao DETRAN-DF, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.
- 46.6. Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a estrutura computacional dos órgãos não poderá ser utilizada para fins particulares, quaisquer ações que tramitem em sua rede corporativa serão auditadas.
- 46.7. A CONTRATADA deverá entregar ao DETRAN-DF toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, cederá ao Órgão, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições

técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.

46.8. O Órgão terá ampla liberdade de atualizar as versões dos sistemas operacionais e demais softwares de apoio utilizados para a prestação dos serviços, todos de sua propriedade ou de seu direito de uso, segundo sua necessidade e conveniência administrativa, cabendo, nestes casos, ao DETRAN-DF manter a compatibilidade, evoluindo e adaptando-se à respectiva mudança.

46.9. Tal prerrogativa deve-se ao fato da necessidade em manter atualizado e operacional o ambiente tecnológico do Órgão, dispondo de ferramentas e produtos modernos e atualizados que correspondam às exigências cada vez maiores de inovação.

46.10. Em caso de alteração em quaisquer tecnologias utilizados pelo Órgão, deverá notificar a CONTRATADA com antecedência de 20 (vinte) dias, para que esta providencie a adequação e mantenha os mesmos níveis de serviço.

46.11. A CONTRATADA poderá utilizar ferramentas diferentes das padronizadas pelo Órgão, desde que formalmente aprovadas, com o intuito de garantir melhor desempenho na prestação dos serviços. Neste caso, as ferramentas propostas devem ser compatíveis com as utilizadas e devem permitir a exportação dos dados para as ferramentas do Órgão. Todos os comprovantes de licenciamento devem ser cedidos a esta Autarquia durante o período de utilização das ferramentas.

46.12. As estações de trabalho utilizadas para realização dos serviços pretendidos neste Termo de Referência deverão possuir o mesmo nível de segurança e acesso do ambiente tecnológico mantido pelo Órgão. O DETRAN-DF deverá possuir total acesso às estações de trabalho mantidas pela CONTRATADA no ambiente da autarquia, podendo instalar softwares de antivírus, monitoramento e prevenção de perda de dados (DLP), entre outros que visam assegurar a segurança perimetral do DETRAN-DF.

47. SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES E DO SIGILO

47.1. A CONTRATADA para prestação dos serviços deverá observar os seguintes requisitos quanto à Segurança da Informação e Comunicações:

47.1.1. Executar os serviços em conformidade com a legislação aplicável, em especial, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. A CONTRATADA não necessita possuir o certificado ISO/IEC 27002:2005. No entanto, os serviços executados pela equipe da CONTRATADA deverão seguir as boas práticas elencadas pela norma citada;

47.1.2. Tomar todas as providências necessárias para que seus funcionários, prepostos e/ou contratados observem os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pelo DETRAN-DF, inclusive, a Política de Segurança da Informação e Comunicações, Norma de Segurança e o Termo de Confidencialidade, quando estiverem executando serviços nas instalações do DETRAN-DF;

47.1.3. Prestar os esclarecimentos necessários ao DETRAN-DF, bem como informações concernentes à natureza e andamento dos serviços executados, ou em execução;

47.1.4. Garantir a integridade e disponibilidade dos documentos e informações que, em função do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por eventuais perdas e/ou danos causados ao Órgão e a terceiros;

47.1.5. Tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.

47.2. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

47.2.1. Término ou rompimento do Contrato;

47.2.2. Solicitação do DETRAN-DF.

47.3. Utilizar programas de proteção e segurança de informações, a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos seus sistemas ou softwares, seja em relação aos que eventualmente estejam sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados para o Órgão, ainda que por meio de link.

47.4. Seguir os parâmetros mínimos de Segurança de Informações estabelecidos pelo Órgão.

47.5. Quando solicitado por escrito pelo Órgão, realizar, prioritária e concomitantemente, as alterações para sanar possíveis problemas de segurança ou de vulnerabilidade nos referidos sistemas ou softwares utilizados para execução do serviço contratado.

47.6. Assegurar que os dispositivos fornecidos pela CONTRATADA para armazenamento de informações (exemplo: mídias magnéticas, eletrônicas, óticas) ou, ainda, os ambientes tecnológicos, canais de comunicação entre as partes (exemplo: sites, links, hiperlinks, etc.), estejam livres de programas de computadores ou outros recursos tecnológicos que possam causar perda de integridade, confidencialidade ou disponibilidade de dados ou informações do Órgão (exemplo: vírus, cavalos de Tróia, etc.).

47.7. Manter o DETRAN-DF oficialmente informado sobre quaisquer necessidades de atualização ou mudança na configuração dos serviços prestados a fim de manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Manter apenas estações de trabalho (desktop, notebook ou tables) para a adequada operação dos serviços.

47.8. Deverá a empresa CONTRATADA se abster de fornecer qualquer informação DETRAN-DF que possa beneficiar outrem ou prejudicar a imagem institucional do DETRAN-DF. Não será permitida a vinculação da instituição (isto inclui logomarcas, referências etc.) para fins de publicidade e propaganda sem anuência do Órgão;

47.9. Deverá ainda a empresa CONTRATADA pactuar com o DETRAN-DF, o compromisso de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes no órgão, se responsabilizando por todos os seus empregados diretamente envolvidos na contratação;

47.10. Não será permitido o uso dos recursos do DETRAN-DF para fins próprios, particulares ou ilícitos. Inclui-se uso de serviço de telefonia, internet ou qualquer outro que venha a incidir gastos ou possibilitar vulnerabilidades, violência, incidentes de segurança física, incidentes de segurança da informação ou crimes, sob pena de responsabilidade Civil e Criminal da empresa CONTRATADA e da pessoa que deu causa;

47.11. Todo e qualquer incidente de segurança ou comportamento atípico que possa a vir a indicar sinais de violação de direitos deve ser comunicado imediatamente o DETRAN-DF;

47.12. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e respeitar a Política de Segurança da Informação do Órgão.

48. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

48.1. O descumprimento de qualquer exigência deste Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas no Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

48.2. Ao não cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

48.2.1. Advertência;

- 48.2.2. Multa;
- 48.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal.
- 48.3. Para os casos de multa, serão aplicados os percentuais descritos a seguir:
- 48.4. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- 48.5. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.
- 48.6. As licitantes estarão sujeitas ainda a todas as demais sanções existentes no Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

49. PAGAMENTO DAS DESPESAS

1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA, por intermédio de Ordem Bancária, emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e certidões negativas, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma, de acordo com as condições constantes na proposta da CONTRATADA e aceitas pelo DETRAN-DF.

49.1. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova fatura correta. Para efeito da contagem do prazo de pagamento, a fatura será considerada aprovada se não for impugnada, por escrito, até o 5º (quinto) dia útil da sua apresentação.

49.2. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa; N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

49.3. Dos pagamentos devidos à Contratada, o DETRAN-DF descontará:

- 49.3.1. A importância das multas porventura aplicadas em função da execução dos serviços;
- 49.3.2. Os valores correspondentes aos eventuais danos causados por prepostos ou técnicos da Contratada a bens ou serviços do DETRAN-DF;
- 49.3.3. Quaisquer outros débitos da Contratada para com o DETRAN-DF, independentemente de origem ou natureza.

50. DO CRONOGRAMA, FATURAMENTO, ACEITE E PAGAMENTO

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
1	Entrega dos produtos e serviços	Até o quinto dia útil de cada mês	CONTRATADA
2	Emissão de Termo de Aceite Provisório	02 dias úteis após recebimento dos produtos e serviços	DETRAN-DF
3	Testes e avaliação de qualidade dos produtos e serviços	10 dias úteis após emissão do Termo de Aceite Provisório	DETRAN-DF
4	Emissão de Termo de Aceite Definitivo	10 dias úteis após emissão do Termo de Aceite Provisório	DETRAN-DF
5	Emissão de fatura, Fiscal e certidões	02 dias úteis após emissão do Termo de Aceite Definitivo	CONTRATADA
6	Emissão de Ordem Bancária	30 dias corridos após recebimento da Fatura	DETRAN-DF

50.1. Os prazos acima poderão ser antecipados a critério do Gestor.

51. DISPOSIÇÕES GERAIS

51.1. As disposições e especificações contidas neste Termo de Referência serão parte integrante do Contrato, devendo ser observadas e atendidas em sua plenitude. Na ocorrência de duplicidade de entendimento no texto deste Termo de Referência.

51.2. As partes ajustarão as condições preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e os resultados esperados pela execução contratual.

- 51.3. Os serviços a serem contratados são sob-demanda e caracterizam-se pela realização das atividades essenciais da autarquia.
- 51.4. NÃO é permitida a subcontratação dos serviços.

52. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa SGD/ME N.º 94, de 2023, recepcionada pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas pela Área Demandante. Além disso, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

Equipe de Planejamento da Contratação

Instrução N° 772/2025 (186118050)

Ryan Edicleuber Gois Borges matrícula: 1.725.934-7 Integrante Técnico	Celso Henrique Sanches Medeiros matrícula: 1.727.015-4 Integrante Requisitante	Augusto Henrique Parente Farias matrícula: 1.726.729-3 Integrante Administrativo
---	--	--

53. DA APROVAÇÃO

53.1. Considerando os termos do Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, que recepcionou a Instrução Normativa SGD/ME N.º 94, de 2023, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

Waldir da Silva Ferreira Júnior Matrícula: 256.634-6
Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação

54. ANEXO I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pela Departamento de Trânsito do Distrito Federal, em razão do contrato celebrado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre a Departamento de Trânsito do Distrito Federal do Distrito Federal e a empresa contratada serão tidas como confidenciais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pela Departamento de Trânsito do Distrito Federal do Distrito Federal que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

Os empregados da Empresa Contratada se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o art. 327 do Código Penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Empresa Contratada deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço à Departamento de Trânsito do Distrito Federal do Distrito Federal, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Departamento de Trânsito do Distrito Federal do Distrito Federal poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A contratada se obriga a:

Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários da contratada deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a Empresa Contratada manifesta sua concordância no seguinte sentido:

Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste

instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa Contratada, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pela Departamento de Trânsito do Distrito Federal do Distrito Federal.

Nome e Assinatura do Responsável pela CONTRATADA CNPJ CONTRATADA

OBS: Deve vir anexo, lista dos colaboradores envolvidos nas atividades da CONTRATADA, constando números da identidade, CPF e assinatura com o termo "De acordo."

55. ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e suporte técnico, conforme especificações técnicas estabelecidas pelo DETRAN/DF, condições, quantidades e exigências.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER / CATMAT	MÉTRICA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	Unidade	4		
	2	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	451825 CATMAT	Unidade	4		
	3	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	27383 CATSER	Unidade	4		
	4	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	27383 CATSER	Unidade	4		
	5	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	Unidade	2		
	6	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	451825 CATMAT	Unidade	4		
	7	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	27383 CATSER	Unidade	2		
	8	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	27383 CATSER	Unidade	4		
	9	Operação Assistida.	27383 CATSER	Pacote	4		
	10	Treinamento.	440634 CATSER	Turma	4		
TOTAL							R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:R\$ (VALOR POR EXTENSO)

- Devem estar incluídos no preço todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos pela execução do objeto deste Termo de Referência, assim entendidas não só as despesas diretas, como a aquisição de materiais e pagamento de profissionais, como também as indiretas, dentre elas despesas com locomoção de seus empregados e prepostos, alimentação para o pessoal alocado aos serviços, know-how, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre os serviços,

ou outras quaisquer despesas.

Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

Validade da proposta: mínimo de 60 dias

Declaro para os devidos fins que tenho pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e concordo, sem restrição, com as condições constantes do Edital e seus anexos.

ASSINATURA EM PAPEL TIMBRADO

Local e Data

56. ANEXO III - CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ANEXO III
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER / CATMAT	MÉTRICA	QUANT
1	1	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	Unidade	4
	2	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	451825 CATMAT	Unidade	4
	3	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	27383 CATSER	Unidade	4
	4	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	27383 CATSER	Unidade	4
	5	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	Unidade	2
	6	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	451825 CATMAT	Unidade	4
	7	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	27383 CATSER	Unidade	2
	8	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	27383 CATSER	Unidade	4
	9	Operação Assistida.	27383 CATSER	Pacote	4
	10	Treinamento.	440634 CATSER	Turma	4

57. ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

2. O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Detran-DF, em razão do contrato celebrado entre as partes.

3. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

4. Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre o Detran-DF e a empresa contratada serão tidas como confidenciais.

5. **PARÁGRAFO ÚNICO:** Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pelo Detran-DF que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

6. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

7. Os empregados da Empresa Contratada se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o art. 327 do Código Penal.

8. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Empresa Contratada deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço ao Detran-DF, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

9. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Detran-DF poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

10. CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

11. O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

12. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

13. A contratada se obriga a:

14. Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

15. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

16. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os funcionários da contratada deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

17. CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

18. Ao assinar o presente instrumento, a Empresa Contratada manifesta sua concordância no seguinte sentido:

19. Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

20. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

21. Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação.

22. CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

23. A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa Contratada, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pelo Detran- DF.

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO, MANUTENÇÃO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa [NOME DA EMPRESA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por seu Representante Legal, Sr.(a) [NOME DO REPRESENTANTE], portador(a) do RG nº [NÚMERO] e CPF nº [NÚMERO], em decorrência do Contrato nº [NÚMERO/ANO], firmado com o DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, declara e assume o compromisso de conformidade com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção, a guarda e a manutenção do sigilo de todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** disponibilizadas pelo Detran-DF, ou por ele acessadas, em razão da execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas, dados pessoais, dados de veículos, credenciais de acesso, topologias de rede, códigos-fonte ou estratégias de segurança obtidas através da execução do contrato serão tidas como confidenciais.

- **PARÁGRAFO ÚNICO:** Serão consideradas confidenciais toda e qualquer informação disponibilizada pelo Detran-DF que, por sua natureza ou conteúdo, não deva ser de conhecimento público, ainda que não estejam explicitamente acobertadas por sigilo legal específico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE

A Contratada e seus empregados comprometem-se a manter sigilo absoluto, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

- **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados da Contratada que detiverem ou acessarem dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos, conforme estabelece o **art. 327 do Código Penal**.
- **PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada deverá fornecer ao Detran-DF os Termos de Confidencialidade individuais assinados por seus funcionários, mantendo-os atualizados em caso de substituição de pessoal.
- **PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Detran-DF poderá exigir Termos de Confidencialidade específicos para perfis de acesso privilegiado quando entender necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual e subsistirá após o seu término. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança e criptografia contratualmente estipulados e às normas da Política de Segurança da Informação (PSI) do Detran-DF.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A Contratada obriga-se a:

1. Cumprir integralmente as disposições da **Política de Segurança da Informação** do Detran-DF e as diretrizes da **LGPD (Lei nº 13.709/2018)**;
 2. Usar as informações exclusivamente para o propósito de cumprir o objeto contratado;
 3. Revelar informações confidenciais apenas aos empregados cadastrados que possuam real necessidade de conhecê-las;
 4. Manter procedimentos administrativos e tecnológicos adequados à prevenção de extravio, vazamento ou perda de documentos;
 5. Comunicar ao Detran-DF, **imediatamente e por escrito**, qualquer incidente de segurança ou suspeita de vazamento de dados.
- **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A quebra do dever de sigilo sujeitará o responsável às penas previstas no **art. 325 do Código Penal** (Violação de sigilo funcional), sem prejuízo de sanções administrativas.
 - **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Ao término da necessidade de uso, a Contratada deverá destruir ou devolver todos os documentos e mídias que contenham informações confidenciais, não reter quaisquer cópias ou reproduções.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

A Contratada manifesta concordância de que o acréscimo, complementação ou substituição de qualquer informação confidencial no decorrer do contrato será automaticamente incorporado a este Termo, recebendo a mesma proteção, independentemente da assinatura de aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo torna-se válido a partir da data de sua assinatura, mantendo-se vigente por tempo indeterminado no que tange ao dever de sigilo, mesmo após a extinção do vínculo contratual principal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento sujeitará a Empresa Contratada ao pagamento de perdas e danos e à recomposição de prejuízos causados ao Detran-DF ou a terceiros, além das multas contratuais previstas no Edital.

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO (INDIVIDUAL)

Eu, [NOME DO PROFISSIONAL], nacionalidade: [NACIONALIDADE], estado civil: [ESTADO CIVIL], portador(a) da cédula de identidade RG nº [NÚMERO] e do CPF nº [NÚMERO], residente e domiciliado(a) em [ENDEREÇO], funcionário(a)/colaborador(a) da empresa [NOME DA CONTRATADA], declaro ter ciência e comprometo-me a:

MANUTENÇÃO DE SIGILO: Manter o mais estrito sigilo sobre todas as informações, dados, documentos, especificações técnicas e operacionais, senhas de acesso e quaisquer outros elementos de que venha a ter conhecimento em razão das minhas atividades no **DETRAN/DF**.

VEDAÇÃO DE USO INDEVIDO: Não utilizar, em hipótese alguma, as informações confidenciais para fins diversos do estrito cumprimento das minhas obrigações profissionais junto à Contratada, nem em benefício próprio ou de terceiros.

PROTEÇÃO DE ATIVOS: Zelar pela integridade dos equipamentos e sistemas que me forem confiados, respeitando as normas de segurança física e lógica estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do órgão.

CIÊNCIA DAS PENALIDADES: Tenho plena ciência de que a quebra deste compromisso de sigilo poderá acarretar:

- **Sanções Administrativas:** Demissão por justa causa e demais medidas disciplinares;
- **Responsabilidade Civil:** Dever de indenizar eventuais danos causados;
- **Responsabilidade Criminal:** Enquadramento nas penas do **Art. 325 (Violação de sigilo funcional)** e **Art. 153 (Divulgação de segredo)** do Código Penal Brasileiro.

VIGÊNCIA: Este compromisso de confidencialidade é válido durante todo o período de prestação de serviço e permanecerá em vigor

mesmo após o meu eventual desligamento da empresa ou do projeto.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente termo.

ANEXO B (do Edital)
MODELOS DE DECLARAÇÃO

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019 E ARTIGO 14 DA LEI 14.133/2021

Pregão Eletrônico nº /20_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no artigo. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no artigo 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, de de 20 .

Representante legal da Empresa
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº /20_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº _____, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº /20_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Brasília, de de 2026.

Representante legal da Empresa

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº /20_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos

titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

5. Está ciente e de acordo que o Detran-DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.

6. Possui conhecimento de que a LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao Detran-DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília, de de 2026.

Representante legal da Empresa

4. DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 (inciso VI, art. 68 da Lei nº14.133), acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Brasília, de de 2026.

Nome Fantasia:

CNPJ:

Razão social:

Endereço completo:

Representante Legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO C (do Edital)

PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

LOTE ÚNICO					
Item	Serviço	CATSER / CATMAT	Qtd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 com 135TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	4	R\$ 4.404.149,08	R\$ 17.616.596,32
2	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 01 com 235TiB bruto.	451825 CATMAT	4	R\$ 3.645.032,16	R\$ 14.580.128,64
3	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 01 (item 1).	27383 CATSER	4	R\$ 224.294,40	R\$ 897.177,60
4	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 01 (item 2).	27383 CATSER	4	R\$ 99.085,33	R\$ 396.341,28

5	Subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 com 1200TiB líquidos, garantia e suporte do fabricante 24/7 por 60 meses.	451825 CATMAT	2	R\$ 22.159.735,78	R\$ 44.319.471,56
6	Expansão para o subsistema armazenamento TIPO 02 com 400TiB líquidos.	451825 CATMAT	4	R\$ 6.719.768,02	R\$ 26.879.072,08
7	Instalação do subsistema de armazenamento de dados TIPO 02 (item 5).	27383 CATSER	2	R\$ 229.363,20	R\$ 458.726,40
8	Instalação Kit de Expansão de Volumetria TIPO 02 (item 6).	27383 CATSER	4	R\$ 97.999,47	R\$ 391.997,88
9	Operação Assistida.	27383 CATSER	4	R\$ 55.176,00	R\$ 220.704,00
10	Treinamento.	440634 CATSER	4	R\$ 157.866,67	R\$ 631.466,72
				Valor Total:	R\$ 106.391.682,48

ANEXO D (do Edital)

MINUTA DO CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Processo Administrativo nº 00055-XXXXX/20xx-xx

Contrato de XXXXX nº XX/20XX

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF**, autarquia distrital criada pela Lei nº 6.296, de 15 de dezembro de 1975, vinculado à SSP/DF, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, inscrito no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **XXXXXXXXXX**, CPF nº XXXXXXXX, CI nº XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), portador(a) do RG nº e CPF nº, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00055-00092749/2025-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

58. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

58.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em fornecimento de Solução de Armazenamento em disco para o provimento de volumetria líquida de discos SSD NVME em Storage do tipo all-flash, com fornecimento de equipamento, serviços de customização e suporte técnico, conforme especificações técnicas estabelecidas pelo DETRAN/DF.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Subsistema Armazenamento TIPO 01 (135TiB líq.)	451825	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
2	Expansion TIPO 01 (235TiB bruto)	451825	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
3	Instalação Subsistema TIPO 01	27383 (CATSER)	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
4	Instalação Kit Expansão TIPO 01	27383 (CATSER)	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
5	Subsistema Armazenamento TIPO 02 (1200TiB líq.)	451825	UN	2	R\$ xxx	R\$ xxx
6	Expansion TIPO 02 (400TiB líq.)	451825	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
7	Instalação Subsistema TIPO 02	27383 (CATSER)	UN	2	R\$ xxx	R\$ xxx

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	Instalação Kit Expansão TIPO 02	27383 (CATSER)	UN	4	R\$ xxx	R\$ xxx
9	Operação Assistida	27383 (CATSER)	PK	4	R\$ xxx	R\$ xxx
10	Treinamento	440634 (CATSER)	TURMA	4	R\$ xxx	R\$ xxx
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ xxx

58.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

58.2.1. O Termo de Referência nº XX/2026;

58.2.2. O Edital da Licitação;

58.2.3. A Proposta do contratado;

58.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

59. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

59.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

59.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

59.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

59.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

59.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

59.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

60. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

60.1. O regime de execução adotado para este contrato é o de execução indireta, sob a forma de fornecimento de bens e serviços comuns de tecnologia da informação.

60.2. A execução do objeto deverá seguir rigorosamente as normas técnicas da ABNT e os padrões internacionais de infraestrutura para Data Centers.

60.3. O acompanhamento operacional da solução será realizado de forma contínua via suporte proativo do tipo "Call-Home", com envio automático de alertas ao fabricante e ao CONTRATANTE.

60.4. A fiscalização do contrato será exercida por comissão especificamente designada, composta obrigatoriamente por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante.

60.5. Compete ao Gestor a coordenação geral das atividades e as decisões de ordem orçamentária e cronológica pertinentes ao ajuste.

60.6. Compete ao Fiscal Técnico aferir a conformidade das especificações dos equipamentos entregues e a qualidade técnica dos serviços de instalação e suporte.

60.7. Compete ao Fiscal Administrativo o controle documental e a verificação periódica da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA.

60.8. A execução obedecerá ao cronograma previsto no TR, sendo a Etapa de Implantação (Etapa 06) realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do Plano de Implantação (Etapa 05).

60.9. A operação assistida será realizada após a instalação física, em blocos de 80 horas por subsistema, totalizando a carga prevista no Termo de Referência.

60.10. O treinamento especializado deve ser concluído integralmente antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução completa.

60.11. Toda demanda técnica será formalizada por meio de Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA acusar recebimento e iniciar o planejamento em até 48 horas.

60.12. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a homologação das entregas e emissão do aceite provisório, conforme item 40.1 do TR nº 52/2026.

60.13. O suporte técnico funcionará em regime 24x7, com tempo de resposta máximo de 1 hora para problemas críticos e reparo on-site em até 4 horas.

61. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

61.1. Não será admitida, em hipótese alguma, a subcontratação do objeto deste contrato, devendo a CONTRATADA executar o ajuste com meios próprios.

62. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

62.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

62.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

62.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente

fornecidos.

63. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

63.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura acompanhada da documentação válida para liquidação.

63.2. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal contendo o cálculo do **Índice de Disponibilidade (ID)** por faixa monitorada. O valor do pagamento será obtido pelo somatório dos valores devidos para cada faixa que esteve em operação, observadas as glosas automáticas previstas no item 8.1 do TR4 caso o ID seja inferior a 0,90.

63.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser entregue pela CONTRATADA até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao da prestação dos serviços e deve expressar:

63.3.1. O prazo de validade e data de emissão;

63.3.2. Os dados do contrato e do órgão contratante;

63.3.3. O período respectivo de execução e o valor a pagar (já deduzidas eventuais glosas de SLA);

63.3.4. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

63.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes certidões e documentos:

I - Certidão junto à Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

II - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) junto à Caixa Econômica Federal;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) junto à Justiça do Trabalho;

IV - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

V - Atestado do Fiscal Técnico com cálculo detalhado do ID (IDF x IEF) por faixa monitorada;

VI - Relatório de comprovantes de manutenções (Tabela TR4 6.2) e comprovação de Dashboard online em tempo real.

63.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

63.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e, persistindo a irregularidade, adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada a ampla defesa. A omissão na entrega dos documentos técnicos citados no item 6.4 (incisos V e VI) ensejará **glosa de 5% (cinco por cento)** sobre o pagamento mensal.

63.7. O pagamento será realizado mensalmente por ordem bancária. Para valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o crédito será feito exclusivamente em conta corrente junto ao **Banco de Brasília S/A - BRB**, nos termos do Decreto nº 32.767/2011, ressalvadas as exceções legais para empresas de outros estados.

63.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos pelo regime, condicionado à apresentação de comprovação oficial.

63.9. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do **IPCA**, nos termos do Art. 3º, do Decreto Distrital n.º 37.121/2016.

64. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

64.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

64.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

64.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

64.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

64.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

64.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

64.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

64.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

65. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

65.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

65.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

65.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;

65.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

65.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

65.1.5. Comunicar à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

65.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

65.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

65.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

65.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

65.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

65.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

65.1.12. Comunicar à CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

65.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

66. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

66.1. A CONTRATADA cumprirá integralmente todas as obrigações constantes deste instrumento, do Termo de Referência nº XX/2026 e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas inerentes à perfeita execução do objeto, observadas as seguintes disposições:

66.2. Garantir o fornecimento de Solução de Armazenamento all-flash SSD NVMe assegurando a volumetria líquida exata pactuada (TiB líquidos), sem a contabilização de mecanismos de deduplicação ou compressão para o atingimento da capacidade mínima exigida.

66.3. Prover suporte técnico especializado em regime 24x7 e garantia integral do fabricante pelo prazo de 60 (sessenta) meses contínuos, incluindo a substituição on-site de componentes defeituosos em até 4 (quatro) horas após a formalização do chamado via canais oficiais (0800 ou e-mail);

66.4. Manter o índice de disponibilidade da solução em 99,9999% ("seis nozes"), responsabilizando-se por quaisquer paradas não programadas que excedam os limites de tolerância estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA);

66.5. Executar a instalação física, lógica e a customização completa do ambiente, fornecendo todos os insumos necessários, incluindo cabos de energia e dados, transceivers, trilhos para rack de 42U e PDUs independentes (mínimo de 20 conexões C13 e 4 C19, em 220V) para garantir a integração plena com a infraestrutura do Data Center do DETRAN/DF;

66.6. Implementar e executar Plano de Treinamento oficial do fabricante, com carga horária mínima de 20 horas por turma em modalidade "hands-on", para até 4 (quatro) turmas de técnicos designados pelo CONTRATANTE, abrangendo arquitetura, administração avançada, snapshots, replicação e melhores práticas de QoS, com fornecimento de material didático e certificados;

66.7. Implantar e manter ativa 24x7 a ferramenta de monitoramento proativo "Call-home", garantindo o envio automático de alertas críticos, inventário e abertura automática de chamados junto ao fabricante;

66.8. Fornecer documentação técnica "As-Built" exaustiva ao término da implantação, contemplando diagramas de conexão, topologia de rede detalhada, manuais de administração e procedimentos operacionais padrão para RAID, thin provisioning e replicação;

66.9. Garantir que todos os componentes críticos da solução sejam "hot-swappable" (controladoras, baterias, discos, fontes e ventiladores) e assegurar que as atualizações de firmware sejam realizadas de forma "non-disruptive", sem interrupção dos serviços;

66.10. Configurar a solução em arranjo RAID-6 (mínimo) com recursos de "dynamic spare" ou "hot-spare" automático e proteção de integridade de dados "end-to-end" NVMe;

66.11. Designar preposto formalmente aceito pelo CONTRATANTE para representá-la no local dos serviços, admitida a recusa justificada e a exigência de substituição imediata;

66.12. Alocar profissionais devidamente habilitados e certificados pelo fabricante para a execução dos serviços de alta complexidade, fornecendo todos os materiais e equipamentos em estrita observância à boa técnica;

66.13. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, quaisquer bens ou serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

66.14. Responsabilizar-se integralmente por vícios ou danos materiais causados à Administração ou a terceiros, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (CDC), autorizando o desconto de valores devidos diretamente nos pagamentos ou na garantia contratual;

66.15. Observar a vedação estrita de contratação de cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau de dirigentes do CONTRATANTE ou de agentes públicos envolvidos na gestão ou fiscalização deste ajuste;

66.16. Entregar mensalmente ao setor de fiscalização a documentação de regularidade fiscal (Seguridade Social, Fazendas Federal/Distrital, FGTS e CNDT) sempre que tais informações não estiverem disponíveis para consulta no SICAF;

66.17. Comunicar qualquer ocorrência anormal ou acidente verificado no local da prestação de serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

66.18. Garantir à comissão de fiscalização acesso irrestrito aos locais de instalação, dashboards de monitoramento, logs de sistema e documentação pertinente à execução do objeto;

66.19. Paralisar imediatamente qualquer atividade que viole as normas técnicas ou coloque em risco a integridade de pessoas e bens, mediante determinação formal do fiscal do contrato;

66.20. Cumprir a legislação relativa à proibição de trabalho infantil e à reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes, comprovando o preenchimento das cotas conforme solicitado;

66.21. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e arquitetura lógica do CONTRATANTE acessados em razão deste contrato, sob pena de responsabilização civil e criminal;

66.22. Arcar com os ônus decorrentes de eventuais equívocos no dimensionamento da proposta técnica e custos variáveis futuros, complementando a solução sem custos adicionais ao CONTRATANTE;

66.23. Executar a transição contratual integral ao término da vigência, com transferência de conhecimento, senhas administrativas e capacitação da equipe que assumirá os serviços;

66.24. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais sobre o objeto contratado, incluindo dados, códigos e elementos de concepção desenvolvidos especificamente para este projeto;

66.25. Responder solidariamente pelos atos de seus prepostos e eventuais parceiros autorizados, sujeitando-se à fiscalização irrestrita e à aplicação das sanções contratuais e legais em caso de descumprimento de qualquer obrigação.

67. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

67.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

67.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades estritas que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios elencados no Art. 6º da LGPD.

67.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses expressamente permitidas em Lei.

67.4. A Administração deverá ser informada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

67.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses previstas no Art. 16 da referida Lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais.

67.6. É dever do contratado orientar e treinar sistematicamente seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

67.7. O Contratado deverá exigir de seus suboperadores e subcontratados o cumprimento integral dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua estrita observância.

67.8. O Contratante poderá realizar diligências e auditorias para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente a eventuais pedidos de comprovação formulados.

67.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

67.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles destinados a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (Art. 37 da LGPD), contemplando data, horário e registro da finalidade para efeito de responsabilização.

67.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização e portabilidade desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

67.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais quando indicado pela autoridade competente (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações.

67.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do Art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

68. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

68.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

68.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

68.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

68.1.2.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

68.1.3. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

68.1.4. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

69. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

69.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

69.2. O contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

69.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas e deverá ter validade durante toda a execução do contrato.

69.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

69.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

69.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a

garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

69.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

69.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

69.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

69.7.3. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração e não cumprimento das condições contratuais pactuadas.

69.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

69.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

69.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

69.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

69.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

69.13. O Contratante executará a garantia nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial, aplicação de multas ou para ressarcimento de prejuízos.

69.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

69.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

69.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante atesto definitivo do objeto pela Administração.

69.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

69.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

70. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

70.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

70.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa**:

I - Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre a parcela inadimplente, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

III - Moratória de 0,25% (um quarto por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

IV - O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

V - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

VI - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

VII - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

VIII - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

IX - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

70.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

70.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de

2021).

70.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

70.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

70.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

70.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

70.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

70.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

70.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

70.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

71. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

71.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado, ou quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações contratuais.

71.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender, motivadamente, que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

71.3. A extinção por falta de recursos ou conveniência administrativa ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, mediante notificação à CONTRATADA com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência; caso a notificação ocorra com prazo inferior, a extinção será efetiva 2 (dois) meses após a comunicação.

71.4. O contrato poderá ser extinto antecipadamente por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como de forma amigável ou judicial, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, nessas hipóteses, o disposto nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

71.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do ajuste, desde que não restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado; em caso de mudança da pessoa jurídica, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

71.6. O termo de extinção será precedido, sempre que possível, por:

- a) Balanço dos eventos contratuais cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação de pagamentos efetuados e devidos;
- c) Apuração de eventuais indenizações e multas.

71.7. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua vigência, hipótese em que será concedida a devida indenização por meio de termo próprio (art. 131, Lei nº 14.133/2021).

71.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do DETRAN/DF ou agente público que tenha atuado na licitação ou atue na gestão ou fiscalização do contrato, abrangendo cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau (art. 14, IV, Lei nº 14.133/2021).

72. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

72.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

72.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

73. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

73.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

74. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

74.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

74.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

74.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

74.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

75. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

75.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

76. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

76.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

77. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

77.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

77.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

77.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

77.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

77.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.

77.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

77.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

77.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

77.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

77.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

77.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

77.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

77.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

77.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

77.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

77.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

77.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital n.º 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XX de XXXXXX de 2026.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXX

Pela Contratada:

XXXXX
XXXXXXXX

ANEXO E (do Edital)

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º - MINUTA

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

M O D E L O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º: ____/2026

PROCESSO n.º: XXX

PREGÃO n.º: ____/2026

VALIDADE: 12(doze) meses, a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e o do parágrafo 1º, do art. 198 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, no DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, Autarquia Distrital criada pela Lei n.º 6.296, de 15 de dezembro de 1975, vinculado à SSP/DF, situado no SAM Lote "A", Bloco "B", Edifício Sede do DETRAN, 1º andar, em Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.475.855/0001-79, neste ato representado por seu Diretor-geral, ____, (nacionalidade), CPF: ____, CI: ____, em face do julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica nº ____/2025, Processo SEI nº XXX, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

20. CLÁUSULA I - DO OBJETO

20.1. A presente Ata tem por objeto registro de preços para "contratação de xxx", para atender as demandas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO A do edital de Licitação nº que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

20.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo A do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

21. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

21.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

PREGÃO Nº /20 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº						
1º LUGAR						
EMPRESA						
CGC/CNPJ	INSC ESTADUAL			BANCO	CONTA-CORRENTE	
TELEFONE					ENDEREÇO	
SÓCIO-DIRETOR					CPF	
PROCURADOR					CPF	
1º LUGAR						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATMAT	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO
1						R\$

2					R\$
3					R\$
4					R\$
Valor Global					R\$

21.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

22. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

22.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Detran/DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art.192 do Decreto Distrital 44.330/2023.

22.2. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à (nome do setor responsável).

22.3. Será permitida a adesão a presente Ata de Registro de Preços de órgãos e entidades da administração pública que não tenham participado da fase de planejamento da contratação, conforme Termo de Referência e Edital de Pregão Eletrônico.

23. CLÁUSULA IV - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

23.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

23.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

23.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

23.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.5. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

23.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

23.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

23.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

23.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

23.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

23.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

23.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

23.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

23.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

23.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

23.14.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

23.14.2. Mantiverem sua proposta original.

23.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

23.16. O registro a que se refere o item 4.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

23.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.14.2 somente será efetuada quando houver

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 23.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 23.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

24. CLÁUSULA V - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 24.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 24.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
- 24.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 24.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 24.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 24.5.1. A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - 24.5.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - 24.5.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 24.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 24.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 24.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 24.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 24.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 24.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 24.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 24.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 24.13.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
 - 24.13.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 24.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

25. CLÁUSULA VI - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 25.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 25.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 25.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 25.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 25.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 25.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

25.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

25.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

25.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

25.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.1.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

25.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1.3 e no item 7.1.5, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

25.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. **CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

26.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. for liberado pela Administração Pública;

7.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

26.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

7.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

26.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

27. **CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES**

27.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

27.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

27.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

27.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

28. **CLÁUSULA IX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta.

29. **CLÁUSULA X - CONDIÇÕES GERAIS**

29.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO A do EDITAL.

29.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

29.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

29.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Pelo Detran/DF
DIRETOR-GERAL

Pelo FORNECEDOR
(REPRESENTANTE)

ANEXO "I"
CADASTRO RESERVA (Se for o caso)

PROCESSO Nº xxx PREGÃO Nº /2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº					
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao vencedor)					
EMPRESA					
CGC/CNPJ	INSC ESTADUAL	BANCO		AGÊNCIA	CONTA-CORRENTE
TELEFONE				ENDEREÇO	
SÓCIO-DIRETOR				RG	CPF
PROCURADOR				RG	CPF
1º LUGAR					
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s):
Sítio - www.detran.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 30/06/2026, às 16:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **207030182** código CRC= **F510C9BB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s): 3448 5007
Sítio - www.detran.df.gov.br